

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Nacionalismo, Irredentismo e o Colapso das Democracias na Europa Entre Guerras:
1918-1939**

Luís Pedro Madeira Glórias Vieira Cabrita

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência
Política

Orientador

Professor Catedrático Convidado do ISCTE-IUL
António Costa Pinto

[Outubro de 2016]

Agradecimentos

É mais ou menos óbvio que a realização desta dissertação teria sido completamente impossível sem o apoio de um conjunto de pessoas atenciosas ao ponto de, voluntariamente, aturarem os meus devaneios, inseguranças e idiossincrasias. Sem querer transformar esta página numa listagem ao estilo do velho Комитет государственной безопасности, considero imperativo nomear as pessoas que mais me apoiaram neste último ano e meio.

Em primeiro lugar tenho de agradecer ao meu orientador, o Professor António Costa Pinto, por todo o apoio, críticas e, acima de tudo, disponibilidade providenciados durante a realização desta dissertação. À Professora Helena Carvalho pela disponibilidade em ajudar alunos desesperados com dúvidas estatísticas: não tenho dúvida alguma que todos os alunos do ISCTE-IUL (e alguns professores) que trabalham com métodos quantitativos não se oporiam à construção de uma estátua em sua homenagem. Agradeço também ao professor Luís Francisco Carvalho pelo apoio com fontes e dados económicos fundamentais para esta dissertação. Por último, tenho de agradecer à professora Ana Maria Belchior que compreende bastante bem a necessidade da crítica na evolução e educação dos seus alunos.

Queria também deixar uma palavra de agradecimento aos colegas que me acompanharam na pequena epopeia que foi escrever esta tese: ao Pedro Gonçalo e à Diana Soraia que, comigo, transformaram o Instituto de Ciências Sociais numa espécie de ocupa académica improvisada para alunos do ISCTE. Ao Ricardo, à Ana Patrícia, à Susana, à Sara, à Beatriz e à Mariana, porque fazer uma tese é mais do que ler e escrever, é desfrutar de conversas inteligentes com o intuito de manter um nível mínimo de sanidade mental. Por fim é imperativo agradecer à Ana, à Mariana, ao Ivo e à Inês que, por razões diferentes, me impeliram a tomar em devida consideração o cânone literário ocidental. À Inês ainda devo uma última menção por ter suportado a minha pessoa nos últimos vinte e um anos: tarefa árdua e, em última análise, fútil, mas que humildemente agradeço.

Por fim, considero que tenho de agradecer aos meus avós e pais (o sr. Paulo e a Dr. Ivete) por todo o apoio moral, emocional e financeiro. Juntos, ao sempre apostarem na minha educação, fizeram mais por mim do que alguma vez serei capaz de reciprocicar.

Resumo

O colapso das democracias europeias no período entre guerras serviu de preâmbulo à desintegração da ordem mundial estabelecida com o tratado de Versailles e, conseqüentemente, à segunda guerra mundial. O objetivo desta dissertação é contribuir para a explicação da “primeira contra vaga de democratização” a partir de dois fatores: a) a existência de minorias e b) a competição entre nacionalismos (sob a forma de instabilidade de fronteiras). Assim, analisamos 28 democracias presentes no sistema internacional entre 1918 e 1939 através de análises multivariadas – designadamente regressões categoriais – controlando os efeitos de outras variáveis apontadas na literatura como fatores explicativos do colapso da democracia – desenvolvimento económico, longevidade do regime, instabilidade governativa, e variáveis institucionais. Esta dissertação conclui que a heterogeneidade nacional não é um bom preditor do colapso da democracia, ao passo que a presença substancial de populações nacionais fora das fronteiras do estado aumenta as instâncias de colapso da democracia. Já no que toca à instabilidade de fronteiras, esta dissertação conclui que nem a perda, nem a aquisição de territórios como resultado da primeira guerra mundial são bons preditores do colapso da democracia no período entre guerras. Por outro lado, tanto os países irredentistas (revisionistas) como os países cujas fronteiras são questionadas pelos seus vizinhos apresentam mais instâncias de colapso da democracia. Finalmente, os resultados desta dissertação apontam para a existência na literatura de uma sobrevalorização do poder explicativo do subdesenvolvimento económico (*vis-à-vis* o colapso da democracia) devido à forma como o PIB/*per capita* é medido.

Palavras-Chave: colapso democrático, conflitos internacionais, democracia, Europa entre guerras, irredentismo, nacionalismo, revisionismo.

Abstract

The collapse of democracies in Interwar Europe was the preamble to the disintegration of the post-Versailles world order and with it the advent of the Second World War. The aim of this dissertation is to contribute to the explanation of the first “counter-wave of democracy” in Europe focussing primarily on two factors: a) the existence of minorities (within and outside the country), and b) competition between nationalisms (in the form of border instability). In order to accomplish this we analyse 28 democracies present in the international system between 1918 and 1939 through the use of multivariate analysis – particularly categorical regressions – controlling the effect of other variables pointed in the literature as factors of democratic collapse – economic development, regime longevity, governmental instability, and institutional variables. This dissertation concludes that national heterogeneity is not a good predictor of democratic collapse whereas the existence of considerable national populations outside the state’s borders increases the instances of the collapse of democracy. With regards to border instability we conclude that neither the loss nor the gain of territories as a result of the First World War is a good predictor of democratic collapse in the Interwar period. On the other hand, both irredentist (revisionist) countries and states whose borders are questioned by their neighbours exhibit more instances of democratic collapse. Finally the findings of this dissertation indicate that the literature overemphasises the explanatory power of economic underdevelopment (*vis-à-vis* the collapse of democracy) due to the way GDP/*per capita* is measured.

Keywords: democratic collapse, international conflict, interwar Europe, irredentism, nationalism, revisionism.

“From tomorrow onward [...] France will have but one thought: to gather her strength, instruct her children in righteous anger; forge cannons and citizens so that the people and the army will be one; enlist science in the service of war; learn from the Prussian model as Rome learned from Carthage; construct defences; modernize. In a word, the nation will once more become the mighty France of the spirit and the sword. [...] The nation will be ready, and its revenge will be terrible.”

- Victor Hugo¹

“No futuro próximo, a política alemã tem três grandes objetivos. Em primeiro lugar, a resolução da questão Renana, de um modo tolerável para a Alemanha, e a garantia de viver em paz. Sem isto, a Alemanha não poderá recuperar as suas forças. Em segundo lugar, a proteção aos dez a doze milhões de alemães que atualmente vivem sob jugo estrangeiro. Em terceiro lugar, a retificação das nossas fronteiras orientais, recuperação de Danzing, do corredor polaco e modificações no traçado da fronteira da Alta Silésia. Mais tarde, ligação da Áustria à Alemanha.”

- Gustav Stresemann²

“The collapse of the Soviet Union was a major geopolitical disaster of the century. As for the Russian nation, it became a genuine drama. Tens of millions of our co-citizens and compatriots found themselves outside Russian territory. Moreover, the epidemic of disintegration infected Russia itself.”

- Vladimir Putin³

¹ Escritor e Parlamentar Francês, Discurso no Parlamento Francês após a derrota na guerra Franco-Prussiana, (citado em Schivelbusch, 2004: 127).

² Chanceler (1923) e Ministro dos Negócios Estrangeiros (1923-1929) Alemão, galardoado com o Prémio Nobel da Paz em 1926 (Citado em Milza, 2007: 76).

³ Presidente da Federação Russa, (*Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*, 25 de Abril de 2005).

Índice Geral

INTRODUÇÃO.....	1
I. TEORIAS DO COLÁPSO DEMOCRÁTICO.....	4
1.1 Fatores Internos e Colapso da Democracia.....	4
1.2 Contexto Internacional e Colapso da Democracia	6
II. MODELO DE ANÁLISE.....	11
2.1 Conceptualização e Operacionalização	11
2.1.1 Variável Dependente.....	11
2.1.2 Variáveis Independentes	12
2.1.3 Variáveis de Controlo	16
2.2 Hipóteses de Investigação.....	18
III. DADOS E METODOLOGIA.....	21
3.1 Seleção de Casos.....	21
3.2 Tipos de Investigação e Fontes	23
3.3 Plano de Análise de Dados	24
4.1 Análise de Resultados	26
4.2 Discussão.....	30
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
FONTES.....	40
BIBLIOGRAFIA	42
ANEXOS	I

Índice de Figuras

Figura 4.1: Evolução do PIB/ <i>per capita</i> (em US\$ 1990) Finlandês e Italiano no Período Entre Guerras.....	28
Figura 4.2: PIB/ <i>per Capita</i> (t-1) e PIB/ <i>per Capita</i> Mínimo (em US\$ 1990) dos Países da Europa Entre Guerras.....	29
Figura 4.3: Proporção de Minorias Nacionais e Expatriadas nas Democracias que Colapsam e Sobrevivem à primeira contra vaga de Democratização.....	32
Figura 4.4: Nível de Irredentismo e Irredentismo Externo dos Países em Análise durante o Período Entre Guerras.....	35

Índice de Quadros

Quadro 2.1: Operacionalização dos Conceitos (para as Variáveis Independentes e de Controlo).....	15
Quadro 3.1: Colapsos da Democracia na Europa entre Guerras (Casos em Análise).....	22
Quadro 4.1: Determinantes do Colapso Democrático nos Países da Europa Entre Guerra (1918-1939).....	27
Quadro 4.2: Determinantes do Colapso Democrático nos Países da Europa Entre Guerra (1918-1939).....	30
Quadro 4.3: Nível de Heterogeneidade nas Democracias Sobreviventes e Colapsadas do Período Entre Guerras.....	31
Quadro 4.4: Alterações Territoriais como Resultado da Primeira Guerra Mundial.....	33
Anexo 1: Grupos Linguísticos dos Países em Análise em Número Absoluto e em Proporção da População total do Estado.....	I
Anexo 2: Grupos Linguísticos dos Países em Análise em Número Absoluto e em Proporção da População total do Estado (cont.).....	II
Anexo 3: Número e Proporção de Expatriados <i>vis-a-vis</i> a população total do grupo linguístico dominante do país (e a sua distribuição pelos países da Europa).....	III
Anexo 4: Número e Proporção de Expatriados <i>vis-a-vis</i> a população total do grupo linguístico dominante do país (e a sua distribuição pelos países da Europa) (cont.).....	IV
Anexo 5: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo (% do território nacional reivindicado a países estrangeiros).....	V
Anexo 6: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo (% do território nacional reivindicado a países estrangeiros) (cont.).....	VI
Anexo 7: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo externo (% do território nacional reivindicado por países estrangeiros) (cont.).....	VII
Anexo 8: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo externo (% do território nacional reivindicado por países estrangeiros) (cont.).....	VIII
Anexo 9: Variáveis Políticas, económicas e Institucionais dos Países da Europa entre guerras.....	IX
Anexo 10: Análise Descritiva da Variável Dependente, Variáveis Independentes e Variáveis de Controlo.....	IX
Anexo 11: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica sem variáveis de Controlo)	X
Anexo 12: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 1).....	XI
Anexo 13: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 2).....	XII
Anexo 14: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 3).....	XIII
Anexo 15: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 4).....	XIV
Anexo 16: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 5).....	XV
Anexo 17: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 6).....	XVI

INTRODUÇÃO

*“But say I could repent, and could obtain,
By act of grace, my former state: how soon
Would Highth recal high thoughts, how soon unsay
What feigned submission swore! Ease would recant
Vows made in pain, as violent and void”.*

-John Milton, *Paradise Lost* (4.93-7).⁴

O colapso das democracias no período entre guerras (1918-1939) é um tema que continua a assombrar o discurso político das democracias contemporâneas. Passados quase cem anos desde a tomada do poder por Mussolini em 1922, que marca o início da “primeira contra vaga de democratização” (Huntington, 1993), existe ainda um fascínio, uma incompreensão, mas, acima de tudo, uma necessidade de explicar o colapso das democracias. Esta dissertação procura contribuir para a explicação daquela que foi a época mais conturbada da história da democracia moderna.

Qualquer tentativa de explicação necessita, antes de mais, de definir a problemática em análise: o período entre guerras caracterizou-se por uma transformação radical da ordem internacional, com implicações profundas nos sistemas políticos dos países europeus (Boyce, 2012; Carr, 2001; Ferguson, 2006; Milza, 2007; Steiner, 2005; Tooze, 2015). Se até à primeira guerra mundial, o sistema de estados europeu era caracterizado pela existência de grandes impérios multinacionais, o período entre guerras viu a abolição desses impérios e a criação de onze novos estados-nação⁵ baseados no princípio Wilsoniano da “autodeterminação dos povos” (Milza, 2007; Steiner, 2005). Este princípio baseava-se em três pressupostos centrais: 1) que cada “povo”, cada “nação”, tem direito a um estado; 2) que os novos estado-nação formados após a guerra seriam democracias parlamentares e 3) que num mundo de estados-nação democráticos a guerra não só poderia ser evitada, como poderia ser abolida (Hobsbawm, 1990: 131). O problema coloca-se precisamente pelo facto de que 1) os estados-nação criados após 1918 serem nacionalmente heterogêneos; 2) os estados não conseguirem manter regimes parlamentares e 3) o sistema internacional não ter conseguido evitar a guerra (Boyce, 2012; Carr, 2001). Assim, nesta dissertação, procurarei explicar o

⁴ (1667[2005]: 71).

⁵ Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Checoslováquia, Hungria, Áustria, Jugoslávia, Finlândia, Turquia e Irlanda.

colapso do projeto wilsoniano, o colapso dos regimes parlamentares entre 1918 e 1939, a partir de dois conceitos centrais: nacionalismo e irredentismo.

Numa definição restritiva, o nacionalismo é a tentativa de fazer coincidir o estado com a nação (Mudde, 2007: 16). Isto implica duas condições necessárias: a) que cada nação tenha apenas um estado e b) que cada estado contenha apenas uma nação (Hobsbawm, 1990: 101). O problema do nacionalismo surge precisamente na eventualidade da ausência dessa coincidência. Ora, era precisamente isto que acontecia na Europa entre 1918 e 1939. Os novos estados criados após a grande guerra eram, em grande medida, tão heterogêneos como os impérios que substituíram (Arendt, 2004; Pasteur, 2007: 26). O princípio da autodeterminação nacional criou estados que correspondiam a uma nação, mas não foi capaz de produzir estados que contivessem *apenas* uma nação (Hobsbawm, 1990: 133) Assim, os novos estados prometidos a determinados grupos nacionais continham uma percentagem significativa de “minorias nacionais” que se identificavam com outros estados (e.g. Húngaros na Roménia, Alemães na Checoslováquia) ou que não tinham sequer estado nacional próprio (Ucranianos na Polónia, Catalães em Espanha, Judeus em toda a Europa de Leste) (Pasteur, 2007).

O facto de estado e nação não se sobreporem na Europa entre guerras, leva-nos ao segundo fator explicativo apontado na literatura na explicação da queda dos regimes democráticos: o irredentismo. O conceito advém da palavra italiana “irredenta” que denota a ausência de redenção. A ideia é que, enquanto não existir um estado que garanta os interesses de toda a nação, não pode existir redenção nacional (Kallis, 2000: 16). A consequência prática do irredentismo passa pela reivindicação de territórios de outros países de modo a garantir que o estado engloba toda a nação (Kornprobst, 2008: 8). A grande questão que assombrou as relações internacionais do período entre guerra foi como conciliar diferentes reivindicações irredentistas sobre o mesmo território (Cattaruzza e Langewiesche, 2013: 8-9; Milza, 2007).

Assim podemos delinear a situação internacional Europeia no período entre guerras da seguinte forma: a existência de uma reconfiguração total das fronteiras da Europa baseada no princípio da autodeterminação dos povos, a criação de novos estados-nação com populações heterogêneas e uma instabilidade generalizada de fronteiras devido à existência de reivindicações irredentistas antagónicas. É com base neste cenário internacional que ocorre a primeira “contra vaga de democratização” (Huntington, 1993).

Consequentemente, o objetivo desta dissertação passa por: 1) perceber até que ponto a existência de fronteiras instáveis contribui para o colapso das democracias; 2) perceber até que ponto os estados com minorias nacionais têm mais dificuldade em manter regimes democráticos e 3) perceber até que ponto a existência de um número substancial de cidadãos

nacionais fora das fronteiras contribuiu para o colapso das democracias. Em suma, esta dissertação pretende responder à questão “será que a competição de nacionalismos e irredentismos contribuiu para o colapso das democracias no período entre guerras?”. Isto torna-se particularmente relevante numa época em que o nacionalismo e o irredentismo estão de novo na ordem do dia. Quer pensemos na ocupação da Crimeia pela Rússia, nas tensões entre Argentina e Reino Unido em torno das Falklands/Malvinas ou até mesmo no conflito multinacional pelo controlo das ilhas do mar do sul da China, o irredentismo e o nacionalismo parecem estar de volta depois do “fim da história” (Fukuyama, 1992). Perceber até que ponto a democracia pode ser afetada por estes desenvolvimentos, tendo em conta a experiência histórica de 1918-1939, é hoje crucial não só para a ciência política, mas para a própria democracia.

I. TEORIAS DO COLÁPSO DEMOCRÁTICO

1.1 Fatores Internos e Colapso da Democracia

Sendo o colapso da democracia uma das maiores preocupações das sociedades democráticas, não é de estranhar que o tema tenha gerado uma vasta e variada literatura que pretende explicar as causas e as origens deste fenómeno, não só ao nível da ciência política, mas também da história, sociologia, economia, psicologia, e relações internacionais. No entanto, as várias teorias explicativas do colapso dos regimes democráticos podem ser divididas em quatro grandes tipos de teorias explicativas: a) institucionais; b) político-partidárias; c) socioeconómicas; d) internacionais (Diskin, Diskin, e Hazan, 2005).

As teorias institucionais focam-se no conjunto de instituições políticas que regem as regras do jogo democrático. Nesta lógica existe um conjunto de instituições que exacerbam as forças sociais centrífugas, condenando certas democracias ao colapso. Linz (1990), por exemplo, argumenta que os regimes presidencialistas tendem a ser demasiado rígidos, a criar tensões entre o poder executivo e legislativo e a personalizar a política – sendo esta rigidez muito mais propensa a gerar crises de regime do que os flexíveis sistemas parlamentares. A própria monarquia foi apontada como um fator de estabilidade institucional que, quando acompanhada de um sistema parlamentar flexível, é menos propensa a colapsos democráticos que as repúblicas (Berg-Schlosser e Mitchell, 2000).

Outro aspeto institucional importante prende-se com o tipo de estado em análise. Os estados unitários tendem a ser vistos como menos propensos ao colapso da democracia que os estados federais na medida em que não reforçam as tendências sociais centrífugas, permitindo uma maior estabilidade dos regimes democráticos (Adenias, 1994; Diskin, Diskin, e Hazan, 2005). Por outro lado, pode ser argumentado que os estados federais conseguem lidar melhor com sociedades heterogéneas, promovendo a estabilidade da democracia (Lijphart, 1977). Ainda no âmbito de fatores internacionais normalmente apontados como causa da queda da democracia está a proporcionalidade do sistema político: mesmo que seja argumentado que a proporcionalidade é benéfica no que toca à representação de mais segmentos da população (Lijphart, 1977), sistemas “demasiado proporcionais” são consensualmente vistos como propiciadores de divisão social, aumentando o risco do colapso da democracia (Diskin, Diskin, e Hazan, 2005).

Por fim, podemos identificar a cultura política e cívica das nações como um dos fatores da sobrevivência e solidez da democracia (Almond e Verba, 1993). Embora não possamos falar da cultura cívica como um fator estritamente institucional, o facto é que as

normas, atitudes e comportamentos associados à prática democrática tendem a ser operacionalizados em função do nível de habituação às práticas democráticas. Assim, a existência de uma longa tradição democrática tende a ser considerada como um fator de estabilidade política (Inglehart, 1997: 164-166).

As teorias político-partidárias focam-se na relação entre o sistema político e o regime. A existência de um grande número de partidos (fragmentação) tende a ser vista como um sinónimo de instabilidade política e, conseqüentemente, um risco para a estabilidade da democracia (Taylor e Herman, 1971). Contudo, outros autores focam-se não tanto na fragmentação partidária, mas antes nos tipos de partido em competição: Linz (1987: 38-55) argumenta que a existência de uma forte “oposição desleal” de “partidos antissistema” põe em risco o regime democrático. Este tipo de argumento é reforçado pelo foco na polarização ideológica (por oposição à mera fragmentação política) na explicação da instabilidade política (Sani e Sartori, 1985). Por outro lado, Bermeo (2003) argumenta que não existe qualquer tipo de relação entre a força parlamentar dos partidos de extrema-direita e o colapso das democracias nos anos 20 e 30, mesmo que a maioria dos regimes ditatoriais do período tenham sido ditaduras de direita. Por fim, a existência de uma grande instabilidade política, de uma constante alteração de governos e lideranças políticas tende a ser associada a uma maior instabilidade e, conseqüentemente, a uma maior propensão ao colapso da democracia (Diskin, Diskin, e Hazan, 2005).

Já as teorias socioeconómicas tendem a ser as mais populares na explicação dos colapsos da democracia, especialmente no que toca à primeira contra vaga de democratização (Boyce, 2012). Estas teorias argumentam que as democracias tendem a colapsar nos países mais pobres e em situações de crise económica em que as perspectivas de futuro e a capacidade dos governos para responder à vontade dos cidadãos ficam bastante limitadas (Lipset, 1960). No período entre guerras, esta linha de raciocínio foi personificada por Keynes (2007) que argumentou que os tratados de paz condenaram a Europa Central e de Leste à pobreza e, conseqüentemente, à ditadura. Esta teoria tem vindo a ser refinada ao longo dos anos, acrescentando que não é apenas a riqueza do país que determina a saúde da democracia, mas também a estabilidade de um conjunto de fatores económicos – sendo os mais importantes a inflação e o nível de desemprego (Przeworki, *et al.*, 1996). Em ambos os argumentos a ideia central é que a partir de um certo nível de riqueza, a democracia é, essencialmente, inabalável. No entanto, é importante referir que dos países do período entre guerras, apenas o Reino Unido, os EUA e a Suíça tinham um PIB/*per capita* acima daquele indicado por Przeworki, *et al.* (1996) como o limiar a partir do qual a democracia não colapsa - e, durante a grande

depressão, nenhum país estava acima desse limiar⁶. Como argumenta Boyce (2012), a própria crise de 1929 tende a ser vista como “*deus ex machina*” na explicação das quedas da democracia no período entre guerras: por um lado, em algumas das democracias sobreviventes, a crise foi muito mais dura que nos países em que a democracia colapsou (Berg-Schlosser e Mitchell, 2000: 5-6). Por outro lado, cerca de metade dos colapsos democráticos do período entre guerras ocorrem antes de 1929 (Bermeo, 2003: 21).

O quarto tipo de explicações prende-se com a importância do sistema internacional e com a situação histórica em que se dão os colapsos da democracia. Neste sentido é importante contextualizar o período histórico em análise.

1.2 Contexto Internacional e Colapso da Democracia

O período entre guerras é assim chamado por ser o interstício temporal entre a primeira e segunda guerra mundial. É importante, no entanto, ter em conta que este período não foi, de forma nenhuma, um tempo de paz. O colapso dos grandes impérios europeus (Alemão, Austro-Húngaro, Russo e Otomano) foi um processo bastante violento, pautado por guerras, fome, disrupção económica, revoluções e contrarrevoluções. (Aldcroft e Morewood, 1995: 15; Hobsbawm, 2013: 29-49).

O período imediatamente após a primeira guerra mundial caracterizou-se por uma vaga revolucionária republicana e de cariz igualitário com revoluções por toda a Europa Central e de Leste (Tooze, 2015: 232). Inspirados pela revolução russa de 1917, são instauradas na Europa Central e de Leste as primeiras Repúblicas Soviéticas fora da URSS: primeiro na Baviera, depois na Hungria (Ferguson, 2006: 145). Simultaneamente, o fim da guerra precipitou uma crise económica mundial que durou até 1921, deixando milhões de pessoas no desemprego e agudizando uma situação política já instável (Boyce, 2012: 3). À crise económica acrescentou-se uma crise de dívidas visto que a maioria dos países participantes na primeira guerra mundial acumularam enormes dívidas públicas sem as quais seria impossível terem financiado o esforço de guerra (Tooze, 2015: 249).

Além disto, o fim da primeira guerra mundial não significou o fim da guerra. Como argumenta Steiner (2005: 4), na Europa de Leste, a guerra começa com o fim da primeira guerra mundial: em 1919, a República Soviética Húngara invade a Eslováquia, levando a uma intervenção romena que culmina com o fim da experiência comunista na Hungria; os novos países criados a partir do colapso do Império Russo, Austro-húngaro e Alemão não só são

⁶ *The Madisson Project.*

forçados a defenderem-se da ambição revolucionária da URSS, mas também do expansionismo dos seus vizinhos; em 1920, a Polónia, numa tentativa de recuperar os territórios da antiga União Polaco-Lituana, invade a URSS; no mediterrâneo, Atatürk lidera o mais bem-sucedido movimento revisionista do período entre guerras, disputando uma guerra sangrenta contra os Gregos; na Rússia, a guerra civil é responsável pela morte de 14 milhões de pessoas (Pearson, 1994: 17). A isto podemos acrescentar a enorme onda de refugiados: um milhão de alemães, quatrocentos mil húngaros, duzentos mil búlgaros e um milhão de gregos abandonaram (ou foram obrigados a abandonar) as suas casas e a rumar à “pátria mãe” (Milza, 2007: 25-26).

Nestas condições, o sistema internacional do período entre guerras foi construído através de um conjunto de tratados impostos pelas potências vencedoras: Saint Germain (dissolução do Império Austro-Húngaro), Neuilly (perda de territórios búlgaros), Sèvres (partição do Império Otomano), Trianon (partição da Hungria) e, é claro, Versailles (culpabilização e perdas territoriais alemãs)⁷ (Pasteur, 2007: 24). É a partir da derrota e humilhação nacional destes cinco países que o sistema internacional wilsoniano se desenvolverá, sendo que a associação entre humilhação nacional e democracia terá uma enorme importância nos países derrotados (Linz, 1987: 24-25; Schivelbusch, 2004). Mas não é apenas nos países derrotados que encontramos descontentamento. A repartição territorial pelos vencedores também criará sentimentos de revolta contra a nova ordem internacional: isto é particularmente visível em países como a Itália e a Polónia que consideravam que os tratados de paz não tinham satisfeito por completo as suas aspirações nacionais. (Pasteur, 2007: 29; Milza, 2007: 11).

Apesar de todos estes constrangimentos, o projeto wilsoniano é instituído, sendo que a partir de 1921⁸ a ordem internacional do período entre guerras está consolidada (Borzecki, 2008: 282; Hobsbawm, 2013: 132). Como já foi aduzido acima, esta ordem baseava-se na ideia da “autodeterminação dos povos”, ou seja, que a cada nação europeia deveria corresponder um estado e que cada estado deveria ser governado por uma democracia parlamentar. O segundo objetivo foi, sem dúvida, cumprido: a proporção de países democráticos no período imediatamente à seguir à guerra foi a maior da história europeia,

⁷ A dissolução do império Russo tem lugar logo em 1917 com o tratado de Brest-Litovsk, que formalizou a rendição da Rússia (URSS), também com enormes perdas territoriais (Hobsbawm, 2013: 63; Tooze, 2015: 24).

⁸ Com o reconhecimento inglês da independência Irlandesa e o tratado de Riga entre a URSS e a Polónia.

sendo que vinte e seis em vinte e oito países eram considerados democracias parlamentares (Bermeo, 2003: 21).

Já a tentativa de criar estados-nação homogêneos foi claramente falhada. O nacionalismo tem uma história conturbada, que começa, na época moderna, como ideologia de libertação durante a revolução francesa e sendo cada vez mais apropriada pela direita radical durante o século XIX e XX, ficando associada à ideia de etnia, “raça” e comunidade linguística (Hobsbawm, 1990: 102). Poderia ser argumentado que o nacionalismo se baseia em “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991) cuja existência objetiva é bastante duvidável (Gellner, 1965: 168), mas o facto é que, a partir do momento que grande parte da população se define pela pertença a uma “nação” (independentemente de como o conceito é definido), esse sentimento identitário ganha contornos políticos (Ferguson, 2006: LI). Assim, no momento de criação dos novos estados-nação, as questões identitárias adquiriram um enorme peso, o que prontamente despoletou uma tensão entre o princípio nacional e o princípio democrático (Linz, 1987: 111). A isto deveram-se duas considerações fundamentais: 1) a necessidade de punir os países derrotados e 2) a dispersão geográfica das várias nacionalidades europeias.

As questões de *realpolitik* foram particularmente relevantes na operacionalização do modelo wilsoniano. Isto é especialmente visível na criação de pequenas cidades-estado nas regiões etnicamente heterogêneas e contestadas por diferentes nações: Danzing (contestada pela Alemanha e Polónia), Fiume (contestada pela Itália e Jugoslávia) e Memel (contestada pela Lituânia e Alemanha) (Pasteur, 2007: 24). Por outro lado, o princípio das nacionalidades teve de ser submetido à necessidade de punir os vencidos. Isto é particularmente visível no caso da “nação alemã” que foi dividida entre vários estados (Weimar, Áustria, Checoslováquia, Polónia). Isto porque, na eventualidade da criação de um estado correspondente à nação alemã, o país que foi “culpado” pela guerra, seria recompensado territorialmente (Hobsbawm, 2013: 133; Steiner, 2005; Tooze, 2015). Por outro lado, é importante ter em conta que os antigos impérios multinacionais eram compostos por várias nacionalidades geograficamente dispersas em diversos enclaves (Linz, 1987: 115). O “*soufflé* etnográfico” (Titman, citado em Aldcroft e Morewood, 1995: 8) da Europa de Leste garantia que qualquer tentativa de criar estados nacionais levaria a criação de “nacionalidades dominantes” e “minorias nacionais”, sendo que, numa época de nacionalismos, a relação entre esses dois grupos dentro do mesmo estado foi particularmente difícil (Pasteur, 2007: 26).

Mas que consequências tem isto para a democracia? Desde já, é importante ter em conta que, numa época de nacionalismos e com estados que se definem como representantes

de uma nação específica, todas as minorias tendem a ser vistas como um problema e não como parte integrante da nação (Cattaruzza e Langewiesche, 2013: 8). Isto é especialmente relevante quando existem regimes democráticos pautados pelo princípio “um homem um voto”: como pode, por exemplo, um estado para polacos dar o mesmo peso político aos polacos e aos ucranianos? (Linz, 1987: 58-59; Golezewski, 2013) Quando a proporção de minorias é pequena talvez o problema seja facilmente resolúvel, mas o que acontece quando as minorias representam a terça parte da população do país (Holzer, 2000: 335-336)?

As próprias minorias, sabendo da existência de um princípio da nacionalidade, tendem a exigir um estado próprio, ou desejam ser integradas no estado correspondente à “sua nacionalidade”. Assim, em democracias de nacionalidade dominante, as minorias nacionais são vistas como tendo “lealdades duplas” - ao estado e à nação (Linz, 1987: 111) – sendo que essa percepção não pode ser vista apenas como um preconceito da maioria nacional: é precisamente nesta época que vemos um grande crescimento de movimentos independentistas (nações que exigem um estado próprio) na Catalunha, País Basco, Macedónia, Flandres, Ucrânia e, é claro, na Irlanda⁹ (Golezewski, 2013: 144-145; Hobsbawm, 1990: 139-141; Troebst, 2013: 166). A isto podemos acrescentar a importância dos sentimentos de superioridade racial associada ao “choque da mudança de soberania” (Horváth, 2013: 36): para muitos alemães e húngaros, a ideia de serem governados por eslavos – considerados por muitos, à época, como “raças inferiores” – foi um tremendo choque (Boyce, 2012: 31). Não nos podemos esquecer que o período entre guerras é o auge dos medos generalizados da “miscigenação racial”, “degeneração racial” e “suicídio racial”, não só nos países em que a democracia colapsa, mas por toda a Europa (Overly, 2010: 98-100).

Por outro lado, vemos também os estados já existentes a reivindicar territórios considerados como parte da nação, aquilo que definimos como “irredentismo” (Kallis, 2000; Kornprobst, 2008). Nas palavras de Cattaruzza e Langewiesche (2013: 8), o período entre guerras foi uma “era de revisionismo¹⁰” em que as exigências de alterações das “fronteiras injustas” eram cruciais para o debate político de grande parte dos países europeus. É curioso notar que, à nascença, a ordem internacional criada em Versailles leva a uma divisão clara na Europa entre países revisionistas (i.e. com pretensões irredentistas) e países que apoiam o *status quo* internacional (Case, 2013: 74; Davidson, 2002; Kallis, 2000; Steiner, 2005).

⁹ O único movimento separatista que conseguiu a independência contra a vontade de uma das potências vencedoras.

¹⁰ O que nós definimos como “irredentismo”.

É precisamente nesta dupla relação entre nacionalismo e irredentismo que propomos explicar a contra vaga do período entre guerras: a sequência de colapsos das democracias europeias. Isto não significa dizer que o nacionalismo e o irredentismo sejam as únicas causas do colapso destes regimes, antes pelo contrário. A crise económica, a estrutura social, a cultura política, os fatores institucionais e a perceção do “perigo soviético” (ele próprio uma forma de irredentismo russo/soviético (Deák, 2013: 23)) são, sem dúvida, de suma importância (Berg-Schlosser e Mitchell, 2000).

Consequentemente, o objetivo desta dissertação passa por perceber até que ponto o conflito entre nacionalismos contribuiu para o fim das democracias na Europa. E o facto é que as democracias colapsaram numa verdadeira “contra vaga” (Huntington, 1993). Se no início do período em análise as democracias eram maioritárias face aos regimes não democráticos (36/38), em 1938 já tinham colapsado treze democracias (Bermeo, 2003: 21), sendo que, com o início da segunda guerra mundial e a consequente ocupação dos países democráticos, o número de democracias Europeias ficou reduzido a quatro¹¹. As grandes questões que se põem são: quais as razões do colapso destas democracias? Por que razões sobreviveram as restantes democracias? Para responder a estas perguntas é, em primeiro lugar, necessário conceptualizar e operacionalizar as diferentes variáveis que integram o modelo de análise.

¹¹ Reino Unido, Suécia, Irlanda e Suíça.

II. MODELO DE ANÁLISE

2.1 Conceptualização e Operacionalização

Como foi apresentado acima, o objetivo desta dissertação passa por perceber até que ponto a competição entre nacionalismos contribuiu para o colapso das democracias no período entre guerras. Pressuposta está a ideia que a situação internacional e a insegurança face ao exterior são determinantes para a estabilidade do regime a nível interno (Gilber, 2007; Gilber e Braithwaite, 2012; Huth, 1998: 17; Kallis, 2000: 14; Thompson, 1996). Assim, a maior parte das variáveis explicativas estarão relacionadas com fatores normalmente associadas à disciplina de relações internacionais. Por outro lado, a variável dependente está claramente relacionada com o sistema político interno de cada país. É nesta relação entre história, ciência política e relações internacionais que pretendo criar um modelo explicativo para o colapso das democracias entre 1918 e 1939.

2.1.1 Variável Dependente

Começamos pelo conceito central - a variável dependente, isto é, o que queremos explicar - o colapso das democracias. Como foi argumentado acima, a definição de democracia tem vindo a sofrer alterações importantes ao longo da evolução histórica. Isto impossibilita qualquer definição demasiado abrangente do fenómeno que pretendemos analisar. Assim, numa visão minimalista, tomaremos a definição de Linz:

“Liberdade Legal para formular e propor alternativas políticas com direitos concomitantes de liberdade de associação, expressão e outras liberdades básicas da pessoa, concorrência livre e não violenta entre líderes com uma revalidação periódica do seu direito de governar, inclusão de todos os cargos políticos no modo de seleção democrático e participação política de todos” (Linz, 1987: 17, tradução nossa).

Temos de ter em conta, no entanto, que podem existir alguns desvios a esta definição sem que isso implique o fim da democracia: para Linz, a existência de voto censitário ou capacitário¹², a proibição de alguns partidos¹³ ou a existência de cargos não eletivos¹⁴ não significa o fim imediato da democracia (Linz, 1987: 17-19). Mesmo não existindo um consenso total na literatura sobre a democraticidade dos regimes do período entre guerras,

¹² Como acontecia em Portugal.

¹³ Como a proibição de partidos comunistas e fascistas (algo bastante comum na Europa entre 1918-39).

¹⁴ Como, por exemplo, as várias monarquias europeias.

existe, no entanto, um grande consenso na literatura sobre quando estes regimes colapsaram¹⁵ (Bermeo, 2003: 51). Além disso, independentemente de como definimos estes regimes - “democracias”, “proto democracias”, “regimes parlamentares” – existe um enorme consenso na literatura à volta do facto que estas “democracias” serem incomparavelmente mais democráticas do que os regimes que as substituíram (Linz, 1987). Assim, a variável dependente será operacionalizada como “*dummy*”, ou seja, como uma dicotomia entre “manutenção de regime democrático” / “queda de regime democrático”, seguindo Bermeo (2003) e acrescentando o caso húngaro como colapso da democracia logo em 1918 (seguindo Ilonszki, 2000).

2.1.2 Variáveis Independentes

De seguida, é importante ter em consideração as variáveis com que pretendemos explicar o colapso das democracias. No essencial, serão utilizados onze indicadores para medir cinco conceitos explicativos fundamentais (ver Quadro 2.1). Destes, os conceitos de Nacionalismo (interno e externo) e de minorias (nacionais e expatriadas) serão a base da explicação do colapso da democracia, ao passo que os restantes conceitos servirão de controlo nos modelos estatísticos.

O objetivo da dissertação, nunca é demais relembrar, é “perceber até que ponto a competição de nacionalismos contribuiu para o colapso das democracias no período entre guerras”. Isto implica postular que a política internacional influenciou de forma direta a política interna dos países (Gilber, 2007; Gilber e Braithwaite, 2012; Huth, 1998: 17; Kallis, 2000: 14; Thompson, 1996). Tomando como unidade de análise os estados, temos de olhar para o nacionalismo de duas formas: como nacionalismo interno e externo. Esta divisão torna-se necessária na medida em que todos os conflitos territoriais pressupõem a existência de territórios disputados por estados diferentes. Normalmente, os conflitos internacionais tendem a ser operacionalizados como “díades” – a existência de disputas entre dois estados (ver por exemplo Gilber, 2007). A divisão do nacionalismo em “interno” e “externo” pressupõe que ambos os lados do conflito se influenciam mutuamente e contribuem para a existência de uma “competição entre nacionalismos”. No entanto, e ao contrário do que acontece com as

¹⁵ A possível exceção prende-se com o caso Húngaro. Alguns autores argumentam que a Hungria passou por um breve momento de “revolução democrática radical” que rapidamente se transformou em revolução comunista e, por fim, contrarrevolução “pseudodemocrática” (Ilonszki, 2000: 243-245). Por outro lado, alguns autores argumentam que a experiência húngara entre guerras foi pautada por regimes que nem sequer podem ser considerados “pseudodemocráticos” (Bermeo, 2003: 27).

conceptualização das disputas territoriais por díades, esta dissertação tomará em consideração todo o território em disputa por parte dos vários países em análise: em vez de díades, tomaremos o valor do somatório de todas as díades que envolvem os estados em análise.

Assim, o nacionalismo interno corresponde à forma como um determinado país tenta atingir a coincidência entre estado e nação (Mudde, 2007). Dividimos essa tentativa de coincidência em dois tipos: irredentismo e revanchismo. Irredentismo, como foi aduzido acima, significa a reivindicação de territórios externos como parte integrante de nação (Kallis, 2000; Kornprobst, 2008). Esta dimensão do nacionalismo interno é medida pela percentagem de território reivindicado pelo estado em questão a outros estados.¹⁶ Já o revanchismo refere-se a uma modalidade do irredentismo. A palavra revanchismo advém do francês “*revanche*” - vingança, desforra (Schivelbusch, 2004: 127-130) – e costuma ser utilizado de forma alternada com a palavra irredentismo. Existe, no entanto, uma pequena diferença: o revanchismo implica ideias de vingança e recuperação (que não existem na palavra “irredentismo”). Assim “revanchismo” será medido pela percentagem de território perdido por um país durante o período em análise¹⁷. A independência das variáveis “irredentismo” e “revanchismo” é assegurada pelo facto dos territórios reivindicados nem sempre coincidirem com os territórios perdidos. Por vezes, existem territórios que, embora nunca tenham feito parte da nação, são reivindicados – irredentismo sem revanchismo – como é o caso da reivindicação da Ístria por parte da Itália. Por outro lado existem territórios que são perdidos e não voltam a ser reivindicados – revanchismo sem irredentismo – como é o caso de muitas regiões perdidas pela Áustria após a dissolução do Império Austro-Húngaro. É claro que, o nacionalismo (medido enquanto revanchismo e irredentismo) denota o grau de insatisfação que certo estado tem com as suas fronteiras e com a ordem internacional que as sustenta.

Já o “nacionalismo externo” denota as diferentes reivindicações de estados estrangeiros para com o estado em análise. A operacionalização deste conceito funciona de forma bastante similar ao nacionalismo interno. De novo, o conceito é medido através de duas dimensões: “irredentismo externo” e “revanchismo externo”. O irredentismo externo

¹⁶ Suponhamos um país com uma área de 1000km² que reivindica um total de 100km² a um conjunto de países (um ou mais). Neste exemplo, a percentagem de território reivindicado é de 10%. O irredentismo, medido desta forma varia entre 0 e, no limite, +∞%.

¹⁷ O método de cálculo para o revanchismo é semelhante ao método de cálculo do irredentismo. O revanchismo medido desta forma varia entre 0 e, no limite, 100% (0% denota um país que não perdeu nenhum território durante o período em análise).

corresponde à percentagem de território de um estado reivindicado por países estrangeiros¹⁸, ao passo que o “revanchismo externo” corresponde à percentagem de território adquirido durante o período em análise¹⁹. É claro que, tratando-se de variações territoriais, o “irredentismo” de um estado corresponde ao “irredentismo externo” de outro. É assumido também que o nacionalismo externo (medido enquanto revanchismo externo e irredentismo externo) denota o grau de ameaça que um país sente face a potências estrangeiras no sistema internacional. Consequentemente, as quatro variáveis que compõem os conceitos de “Nacionalismo Interno” e “Nacionalismo Externo” serão operacionalizadas como variáveis quantitativas contínuas.

Em terceiro lugar, deparamo-nos com a operacionalização do conceito de minorias. Como foi apresentado atrás, o sistema de estados criados após a primeira guerra mundial pressupunham a correspondência entre estado e nação. Ora, a existência de minorias corresponde precisamente a uma medição da diferença entre o ideal nacionalista e a realidade empírica (Ferguson, 2006: LVII-LVIII). Isto não implica dizer que a existência de minorias seja prejudicial para a democracia. Mas como os próprios defensores de estados multinacionais são forçados a admitir, um estado homogêneo depara-se com muito menos dificuldades na criação de democracias estáveis do que estados heterogêneos (Lijphart, 1977: 1-2).

Assim, as minorias são divididas em dois grandes tipos: nacionais e expatriados. À semelhança do que acontece com o nacionalismo interno e externo, as minorias são conceptualizadas consoante estão dentro ou fora do espaço territorial do estado em análise. As minorias nacionais referem-se à percentagem da população nacional que não pertence ao grupo linguístico maioritário de um determinado estado, ao passo que os expatriados (Aldcroft, 2006) referem-se à percentagem da população que pertence ao grupo linguístico maioritário de um estado mas que reside fora dos limites desse estado. Consequentemente, ambas as variáveis “Minorias Nacionais” e “Minorias Expatriadas” serão operacionalizadas como variáveis quantitativas contínuas.

¹⁸ De novo, o valor varia entre 0 e $+\infty\%$. A percentagem do território disputada por estados vizinhos pode ser maior que 100% visto que o mesmo território pode ser disputado por vários países vizinhos simultaneamente. A Lituânia é o único caso em que isto acontece: devido ao facto do mesmo território ser disputado por Alemanha e URSS.

¹⁹ A variação aqui é entre 0 e 100%. No caso de o país não existir antes do período em análise, o revanchismo externo tomará o valor de 100%.

Quadro 2.1: Operacionalização dos Conceitos (para as Variáveis Independentes e de Controlo).

Conceitos	Dimensões	Indicadores
Nacionalismo Interno	Irredentismo	% de território reivindicado por um estado
	Revanchismo	% de território perdido no período de tempo em análise
Nacionalismo Externo	Irredentismo Externo	% de território nacional reivindicado por potências estrangeiras
	Revanchismo Externo	% de território nacional adquirido durante o período em análise
Minorias	Nacionais	% da população nacional que não pertence ao grupo linguístico maioritário
	Expatriadas	% da população que pertence ao grupo linguístico maioritário de um estado residindo fora dos limites desse estado.
Desenvolvimento Económico	PIB/ <i>per capita</i>	PIB/ <i>per capita</i> no ano anterior à queda da democracia
		PIB/ <i>per capita</i> mínimo no período em análise
Cultura Democrática	Duração do Regime Democrático	Número de Anos desde o estabelecimento do Regime Democrático
	Novos Estados	Existência do país enquanto nação independente antes do período em análise (variável binária)
Arranjo Institucional	Monarquia	Chefe de Estado é Hereditário (variável binária)
	Parlamentarismo	Chefe de Governo é eleito pelo Parlamento (variável binária)
	Estado Unitário	Ausência de Estruturas Federais (variável Binária)
Estabilidade Política	Estabilidade Governativa	Média do Número de Governos por ano

É, no entanto, importante referir o porquê da categorização das minorias tendo em conta a língua: Visto que a identificação com a nação é um conceito identitário e de pertença a “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991), a categorização de certos grupos como “minorias” não é, de forma alguma, imediatamente óbvia. Se é certo que alguns estados assinaram “tratados de minorias” que reconheciam oficialmente certos grupos como minorias nacionais, também é certo que a ausência do reconhecimento oficial do estatuto de minorias noutros estados não implica necessariamente que o país seja homogéneo (Steiner, 2005: 86). Por outras palavras, as minorias nacionais existem mesmo que não sejam oficialmente reconhecidas pelos estados. Como foi argumentado atrás, a nacionalidade, no período entre guerras era indissociável de duas grandes ideias: etnia/raça e comunidade linguística

(Hobsbawm, 1990: 102; Steiner, 1995: 84). A medição do número de minorias nacionais através da língua tem duas grandes vantagens face a uma análise meramente étnica: por um lado, a uniformização da língua está historicamente associada aos processos de consolidação estatal – a língua oficial é um aspeto central dos processos de “nacionalização das populações” – ao passo que a existência de línguas minoritárias é uma indicação da exclusão de certos grupos da comunidade nacional (Bourdieu, 2014: 330-333). Por outro lado, a objetividade da medição da língua materna é muito maior que a pertença a um determinado grupo étnico, não só devido à fraca validade científica dos conceitos étnico-raciais comuns à época (Ferguson, 2006: LI-LIII), mas também devido à grande dificuldade de medição objetiva de características que são, em grande medida, identitárias (Anderson, 1991).

Existem, no entanto, cinco exceções na medição das minorias através da língua. Por um lado é importante diferenciar a população de língua alemã em duas categorias utilizadas à época: “*Eigentlichen Mindreheiten*” - as minorias alemãs dispersas pelos países do sudoeste europeu e Suíça que, apesar de serem consideradas alemãs, não eram consideradas parte integrante da nação Alemã - e “*Zwangsminderheiten*” - ou minorias alemãs “forçadas” a deixar de pertencer à nação alemã – correspondente às minorias alemãs do Schleswig Dinamarquês, Memel, Polónia, Sudetenland, Eslováquia, Báltico, Tirol do Sul/ Alto Trentino, Alsácia-Lorena, Eupen-Malmedy e Áustria (Spannerberger, 2013: 57-58). Apenas as *Zwangsminderheiten* serão consideradas como minorias expatriadas alemãs. Pela mesma lógica, os alemães que vivem fora da Suíça não serão considerados minorias expatriadas suíças (apesar de pertencerem ao mesmo grupo linguístico). Já no que toca às minorias expatriadas austríacas tomamos as populações alemãs dos antigos territórios do Império Austro-húngaro. A quarta exceção prende-se com os EUA em que o critério utilizado não foi o grupo linguístico maioritário mas sim a etnia seguindo Gibson e Jung (2005) – caso contrario os EUA entrariam na análise como um país artificialmente homogéneo. Por fim, no caso irlandês utilizamos a distinção entre católicos e protestantes visto que a população irlandesa – mesmo aqueles que não tinham origem inglesa (Meillet, 1928) - era maioritariamente anglófona, sendo que as diferenças se esbateriam caso utilizássemos apenas o critério linguístico.

2.1.3 Variáveis de Controlo

No que toca ao desenvolvimento económico, é necessário diferenciar entre duas formas distintas de medir este conceito central para a sobrevivência dos regimes democráticos. Se é verdade que o PIB/*per capita* consegue medir o nível médio de riqueza de um determinado

país, também é verdade que existem maneiras diferentes de conceptualizar e medir esta variável. A forma mais comum de medir este conceito consiste em tomar o valor do PIB/*per capita* no momento imediatamente antes da queda do regime democrático (ver por exemplo: Przeworki, *et. all*, 1996), normalmente um ano antes do colapso do regime (t-1). No entanto, esta forma de medição levanta alguns problemas numa análise longitudinal: por um lado requer que, nos países em que a democracia sobrevive, o valor tomado seja aquele do último ano do período em análise – neste caso 1939. Por outro lado, isto leva a que, devido à tendência moderna de crescimento inerente à mera passagem do tempo, a maioria dos países em que a democracia não colapsa tenham valores do PIB/*per capita* mais elevados do que aqueles em que a democracia colapsa antes de 1939.

De modo a colmatar este problema, a riqueza nacional é também medida tendo em conta o valor mínimo do PIB/*per capita* no período em análise. Isto permite não só ter uma forma de medição que contorne as distorções causadas pela tendência secular de crescimento económico, como também permite ter em conta o argumento central das teses socioeconómicas do colapso democrático: a ideia de um limiar mínimo de riqueza necessária à manutenção da democracia (Przeworki, *et. all*, 1996). Em ambos os casos, o PIB/*per capita* será operacionalizado como uma variável quantitativa contínua.

Por outro lado, é relevante ter em conta a cultura democrática dos estados na explicação da estabilidade do regime (Almond e Verba, 1993). Ora, o problema deste tipo de variável explicativa é que tende a ser difícil de quantificar e medir objetivamente (Berg-Schlosser e Mitchell, 2000), especialmente quando se tomam os países (e não indivíduos) como unidade de análise. No entanto, é possível encontrar algumas variáveis *proxies* que meçam o nível de aceitação dos valores democráticos. Por um lado, a longevidade do regime democrático permite assumir, pelo menos, um “apoio difuso” ao ideal e ao regime democrático, sendo que a existência de uma tradição democrática tende a criar nos cidadãos uma identificação entre cultura nacional e cultura democrática (Inglehart, 1997: 164-166). Medimos a longevidade democrática pelo número de anos desde a última alteração de regime, sendo esta uma variável quantitativa discreta. Por outro lado, o facto de existirem simultaneamente estados consolidados e estados recentes (criados após a guerra) permite também servir de *proxi* para medir a tradição democrática nacional: as novas democracias viram-se forçadas a criar e consolidar, simultaneamente, uma tradição nacional e uma tradição democrática. A variável “novos países” será operacionalizada como variável *dummy*: “Velhos Países/Novos Países”.

Já no que toca às variáveis institucionais, testaremos através de variáveis binárias se um conjunto de instituições e arranjos institucionais influenciam o colapso das democracias no período entre guerras. A monarquia é apontada por alguns autores como um fator de estabilidade política (Berg-Schlosser e Mitchell, 2000) sendo medida pela existência do princípio hereditário como forma de escolha do chefe de estado (digo “princípio hereditário” e não “existência de um monarca” porque, como explica Deák (2013), no período histórico em análise, alguns regimes oficialmente monárquicos não tinham um monarca como chefe de estado). Por outro lado, e seguindo Linz (1990), dividimos os casos em parlamentares e não parlamentares. Visto que, no período em análise, o número de países presidenciais é bastante reduzido, incluímos os estados semipresidenciais como “não parlamentares”. Por fim, dividimos os estados em unitários e federais seguindo as hipóteses contrárias de Adenias (1994) e Lijphart (1977) que consideram que esta variável possui um bom potencial explicativo do colapso dos regimes democráticos. Estas três variáveis serão operacionalizadas como *dummy*'s: “República”/ “Monarquia”; “Não Parlamentares”/ “Parlamentares”; “Estados Unitários”/Estados Federais”. Por fim, seguindo Diskin, Diskin e Hazan (2005), tomaremos em consideração a estabilidade política dos estados medida através do número médio de governos por ano no período em análise. Esta última variável é conceptualizada como quantitativa discreta.

2.2 Hipóteses de Investigação

A partir daquilo que foi sendo introduzido acima, e tendo em conta a literatura, é-nos possível formular um conjunto de hipóteses de modo a explicar a relação entre a competição de nacionalismos e a queda da democracia:

H1: É expectável que o colapso democrático se verifique nas sociedades com maiores níveis de heterogeneidade populacional.

Nesta hipótese está pressuposta a ideia de que, numa época de nacionalismos em que o estado está associado a uma certa nação, um pequeno número de minorias diminui a probabilidade de reações nacionalistas antidemocráticas. Seguindo Lijphart (1977: 22-23), postulamos que é muito mais fácil criar e manter democracias estáveis caso exista um “consenso nacional”. Isto não implica que países heterogêneos sejam incapazes de produzir estabilidade política. O que é argumentado é que é essa estabilidade é mais fácil de atingir caso não existam divisões identitárias dentro de um mesmo país (Lijphart, 1977: 2).

H2: É expectável que a manutenção de regimes democráticos se verifique nos estados com menores proporções de expatriados.

Nesta hipótese está assumido que, sendo o nacionalismo a tentativa de fazer coincidir estado e nação (Mudde, 2007: 6), e sendo a ordem internacional baseada na democracia parlamentar (Hobsbawm, 2013: 131), a ausência de coincidência entre estado e nação levará a uma reação nacionalista contra a própria democracia (Linz, 1987: 111-113; Pasteur, 2007: 24). Implícita está também a estreita relação entre legitimação internacional do regime e a legitimação interna das fronteiras políticas estabelecidas, ou seja, uma clara relação entre a ordem internacional e a política interna (Kallis, 2000: 14).

H3: É expectável que regimes democráticos sejam mantidos nos estados com menores níveis de irredentismo.

Subjacente a esta hipótese está, de novo, a ideia de que existe uma clara relação entre a ordem internacional democrática e a manutenção do *status quo*. Quando a ordem internacional democrática é vista como uma barreira à “redenção nacional”, a própria democracia passa a ser vista como um entrave ao livre desenvolvimento da nação, sendo rejeitada por razões nacionalistas (Linz, 1987; Kallis, 2000; Kornprobst, 2008). Isto não implica que o nacionalismo seja necessariamente antagónico à democracia (Hobsbawm, 1990: 102). O que significa é que, sendo a democracia associada ao *status quo*, qualquer insatisfação face às fronteiras estabelecidas trará consigo, implicitamente, uma rejeição dos regimes democráticos legitimados por essa ordem internacional (Linz, 1987: 111-113).

H4: É expectável que regimes democráticos sejam mantidos nos estados com menores níveis de revanchismo.

Nesta hipótese está assumido que nações que foram “prejudicadas” (através de perdas territoriais) com a vitória das potências democráticas, associem o advento da democracia com um sentimento de humilhação nacional (Linz, 1987: 30). Assim, a hipótese postula que, numa época de nacionalismo exacerbado, esta associação leve os cidadãos a ver a democracia com maus olhos, como causa do declínio nacional, procurando soluções alternativas (Linz, 1987; Schivelbusch, 2004: 14).

H5: É expectável que regimes democráticos sejam mantidos nos estados com maiores níveis de irredentismo externo.

Por fim, a hipótese 5 postula que países cujo interesse esteja de acordo com o *status quo* internacional (democrático), estejam mais predispostos a ver na democracia um regime político compatível com os interesses da nação. Da mesma forma que os países vencidos vêm na democracia a causa da humilhação nacional (Linz, 1987; Kallis, 2000), os países vencedores e/ou que se sentem ameaçados por uma revisão do *status quo* democrático, verão

na democracia algo não só compatível, mas mesmo conducente, aos interesses da comunidade nacional.

Será, portanto, a partir destas hipóteses que tentaremos explicar a problemática relação entre competição de nacionalismos e colapso da democracia. No entanto, é necessário explicar como serão testadas estas hipóteses. Isto leva-nos imediatamente a questões metodológicas.

III. DADOS E METODOLOGIA

3.1 Seleção de Casos

Visto que o intuito desta dissertação é explicar a queda das democracias no período entre guerras, a unidade de análise serão todas as democracias europeias presentes no sistema internacional entre 1918 e 1939. Isto permite não só termos uma visão abrangente da primeira contra vaga de democratização na Europa, como também permite evitar o “*selection bias*” inerente à exclusão de certos países da análise (Landman, 2003: 46-51; Senese e Vasquez, 2003). Isto é particularmente relevante numa área de estudo que tende a focar-se nos países centrais para a estabilidade do sistema internacional (Alemanha, Itália) e menos nos países que não eram considerados “ameaças sérias” ao *status quo* (Hungria, Estónia) (ver, por exemplo, Steiner, 2005: 510). Por outras palavras, embora a importância sistémica dos colapsos democráticos seja diferente de país para país, as causas do colapso da democracia têm de ser analisadas tendo em conta todas as instâncias em que a democracia é substituída por regimes ditatoriais – ou seja, assumindo que cada caso tem o mesmo “peso” na explicação do fenómeno em análise.

Por outro lado, e de modo a termos uma análise comparativa, incluiremos na análise não só os estados em que existe um colapso democrático, mas também todos os países europeus em que a democracia sobreviveu ao período entre guerras. Isto permite não só aumentar o número de casos e observações, como também garantir que os padrões encontrados nos países em que a democracia colapsa não são espúrios. Se quisermos garantir que as variáveis independentes são verdadeiramente explicativas do colapso democrático não basta ter em conta a sua presença ou ausência nas democracias colapsadas: é imperativo que tenhamos em conta se essas variáveis estão ou não presentes nas democracias que sobrevivem à primeira contra vaga de democracia.

O facto do colapso democrático ser um evento que ocorre, no máximo, uma vez por país neste período temporal, obriga-nos a que o número de observações seja igual ao número de casos. A única exceção a esta regra é o caso Espanhol que, no período em análise experiencia dois regimes democráticos com um hiato de oito anos entre eles: um período democrático durante a fase final da Monarquia Constitucional e outro durante a II República. Serão também utilizados dois casos de controlo de modo a garantir alguma fiabilidade dos resultados, nomeadamente o caso canadiano e norte-americano. Estes países serão integrados na análise, precisamente por serem democracias que sobreviveram ao conturbado período

entre 1918 e 1939 (Lijphart, 1977: 22), contribuindo para uma distribuição mais simétrica entre o número de democracias colapsadas e sobreviventes.

Quadro 3.1: Colapsos da Democracia na Europa entre Guerras (Casos em Análise)

País	Colapso Democrático	Ano do Colapso Democrático
Alemanha	X	1933
Áustria	X	1933
Bélgica	-	n.a
Bulgária	X	1923
Canadá	-	n.a
Checoslováquia	-	n.a
Dinamarca	-	n.a
Espanha (Mon.)	X	1923
Espanha (Rep.)	X	1936
Estónia	X	1934
EUA	-	n.a
Finlândia	-	n.a
França	-	n.a
Grécia	X	1936
Hungria	X	1919
Irlanda	-	n.a
Itália	X	1922
Jugoslávia	X	1929
Letónia	X	1934
Lituânia	X	1926
Noruega	-	n.a
Países Baixos	-	n.a
Polónia	X	1926
Portugal	X	1926
Reino Unido	-	n.a
Roménia	X	1938
Suécia	-	n.a
Suíça	-	n.a

Fonte: Formulação Própria com base na literatura (Bermeo, 2003; Ilonszki, 2000; Steiner, 2005)

No entanto, e visto que o objetivo é explicar a queda dos regimes democráticos europeus, somos forçados a excluir todos aqueles países que nem são democracias, nem podem sequer ser considerados “pseudodemocracias” no período em análise: Albânia, Turquia e URSS. Incluímos a Hungria porque, apesar de ter tido uma experiência democrática muito curta, representa um dos estados em que o irredentismo e revanchismo tiveram mais importância (sendo que, seguindo a hipótese 3 e 4, isto poderia explicar um colapso da democracia logo em 1919) (Ilonszki, 2000: 244-245). Excluídos *à priori* estão também todos os microestados europeus que não podem, de maneira nenhuma, ser considerados nações, mas que representam resquícios da época medieval e/ou compromissos entre grandes potências com o intuito de evitar choques futuros: Andorra, Mónaco, Liechtenstein, São Marino,

Vaticano, Danzing, Memel, Fiume e Luxemburgo. O Quadro 3.1 lista os casos em análise e a existência ou ausência de colapso democrático no período em análise.

3.2 Tipos de Investigação e Fontes

Já no que toca às fontes e dados, é importante ter em conta que estamos a estudar eventos que ocorreram há quase 100 anos, sendo que, o número e variedade de dados disponíveis são bastante escassos. É também relevante referir que, devido ao subdesenvolvimento das ciências sociais à época, é muito difícil termos acesso a qualquer tipo de inquéritos que meçam atitudes (face à democracia, ao nacionalismo, à situação política, etc.), pelo que trabalhamos na ausência de dados ao nível micro - que poderiam ser úteis, por exemplo, na compreensão da importância absoluta e relativa das disputas territoriais para as populações europeias da época. Nestas condições optamos por uma análise macro na explicação da primeira contra vaga de democracia. Isto implica que as variáveis em análise se refiram exclusivamente a dados agregados para os diferentes países em análise. Esta escolha metodológica deve-se não só à ausência crónica de dados micro para o período em análise, mas também ao carácter mensurável (ao nível macro) de um conjunto de variáveis apontadas como centrais para a sobrevivência da democracia.

As variáveis territoriais são construídas a partir da agregação de dados disponíveis em vários trabalhos na literatura sobre este tipo de disputas (ver por exemplo: Cattaruzza e Langewiesche, 2013; Davidson, 2002; Kallis, 2000; Kornprobst, 2008; Milza, 2007)²⁰. Já no que toca à questão das minorias baseamo-nos no trabalho de Meillet (1918) que consiste numa análise detalhada das diferentes comunidades linguísticas presentes na Europa do período entre guerras, focando-se especialmente na forma como o nascimento das novas nações alterou o panorama linguístico europeu.

Em relação às variáveis de controlo, para a medição do nível de riqueza dos vários estados utilizamos os dados providenciados pela base de dados (disponível *online*) do *Maddison Project* que calcula um conjunto de variáveis de carácter económico - nomeadamente os valores do PIB/*per capita* - para épocas históricas que precedem os desenvolvimentos relativamente recentes da contabilidade nacional (ver Bolt e Van Zanden, 2014). Já os dados de PIB/*per capita* dos Países Bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) foram recolhidos do trabalho de Norkus (2015). Os valores do PIB/*per capita* são estandardizados à taxa de câmbio de US\$ de 1990. A variável “longevidade do regime democrático” foi

²⁰ Para a listagem das várias disputas territoriais analisadas ver anexo 5, 6, 7 e 8.

construída partir dos dados disponíveis no “*Varieties of Democracy (V-Dem) Project*”, subtraindo o ano desde a “última mudança de regime” ao ano da queda da democracia (ou 1939 caso a democracia sobreviva). Por fim a estabilidade governativa é calculada a partir da média do número de governos por ano durante o período em análise (até ao ano da queda da democracia ou 1939 caso a democracia não colapse) calculado com base na obra de Nohlen (2010).

3.3 Plano de Análise de Dados

Em termos de plano de análise de dados, a dissertação será dividida em duas grandes partes: 1) análise descritiva do problema e 2) análise estatística recorrendo em especial a regressões categoriais²¹. Visto que trabalharemos com regressões, será necessário incluir algumas variáveis de controlo de modo a garantir que os resultados não são espúrios. Tendo em conta que, numa análise estatística, o número de variáveis tem de ser sempre inferior ao número de casos e que, com este desenho de investigação, o número de casos é bastante reduzido, estamos permanentemente confrontados com o problema de “*too many variables, too few cases*” (Landman, 2003: 40-41). Apesar disto, e para evitar relações espúrias, pretendemos controlar os efeitos das variáveis explicativas utilizando um conjunto de variáveis de controlo: 1) nível médio de riqueza de cada estado (medido através do PIB/per capita); 2) a cultura e tradição democráticas (medidas não só através da existência política do Estado antes do período em análise, mas também através da longevidade do regime democrático); 3) variáveis político-institucionais (medidas através de um conjunto de binómios: Monarquia/República, Parlamentarismo/Presidencialismo, Estado Unitário/Federalismo); 4) a estabilidade política dos estados (medida através do número médio de governos por ano durante o período em análise).

²¹ A escolha deste método determina, em larga escala, o reduzido número de variáveis independentes que utilizamos. Isto não implica necessariamente uma tentativa de construção do projeto à volta de um método, antes pelo contrário: é precisamente porque estamos a tentar explicar a queda das democracias no período entre guerras (que só pode ser operacionalizado como uma variável *dummy* – não queda/queda) que somos forçados à realização deste tipo de análise estatística.

IV. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como foi argumentado acima, a base metodológica desta dissertação prende-se fundamentalmente com a análise estatística de um conjunto de fatores macro na explicação da queda da democracia nos países em análise. Para tal, foram testados seis modelos estatísticos recorrendo a regressões categoriais que permitem controlar as variáveis independentes na nossa análise com um conjunto de fatores normalmente associados na literatura ao colapso democrático.

Devido a problemas de multicolinearidade as 6 variáveis dependentes – Minorias Nacionais, Minorias Expatriadas, Revanchismo, Revanchismo Externo, Irredentismo e Irredentismo Externo – foram separadas em modelos diferentes com base na diferenciação entre Nacionalismo Interno e Externo delineada acima. Assim, o Modelo 1 e 4 focam-se na questão das minorias internas e expatriadas; o modelo 2 e 5 focam-se na dimensão revanchista do nacionalismo interno e externo; por fim, o modelo 3 e 6 foca-se na dimensão irredentista do nacionalismo interno e externo. Esta divisão torna-se necessária na medida em que, embora existam diferenças entre irredentismo, revanchismo e minorias nacionais, existe alguma sobreposição destas categorias. Por outras palavras, alguns dos territórios reivindicados são também territórios perdidos durante a guerra e que, por sua vez, contêm populações nacionais expatriadas. Inversamente, os territórios adquiridos durante a guerra tendem a ser reivindicados por países que os perderam e, por sua vez, contêm populações pertencentes ao grupo maioritário do estado que os reivindica. Curiosamente, e apesar de alguma sobreposição, as variáveis diferem substancialmente no que toca ao poder explicativo do colapso democrático.

Todos estes modelos utilizam as mesmas variáveis de controlo apontadas na metodologia: Duração do Regime, Novos Países²² (*vis-à-vis* o sistema internacional no período imediatamente antes da primeira guerra mundial), Número de Governo/ano, Monarquia e PIB/*per capita*. Os modelos dos quadros 4.1 e 4.2 diferem na medida em que esta última variável é medida no quadro 4.1 pelo valor do PIB/*per capita* em t-1 (no ano antes do colapso da democracia, ou 1939 no caso das democracias que não colapsam) ao passo que,

²² A variável “Novos países” não foi incluída no modelo 2 e 5 por motivos de multicolinearidade: o revanchismo externo é normalmente elevado nos novos países do sistema internacional pelo simples facto destes estados terem sido criados a partir de território dos países derrotados na Primeira Guerra Mundial: Alemanha, Austro-Hungria e Rússia.

no quadro 4.2, o valor do PIB/per capita corresponde ao seu valor mínimo no período em análise.

Por fim as variáveis parlamentarismo e federalismo são excluídas por não existir suficiente variação nos resultados: o período de tempo em análise é pautado por um domínio quase total de estados unitários com regimes parlamentares: No que toca à forma de governo, 22 dos 28 países são regimes parlamentares puros, 5 são semipresidenciais (i.e. semiparlamentares (Elgie, 2011)) e apenas os EUA têm um regime presidencialista. Já no que toca à forma de estado, 23 dos 28 países são estados unitários ao passo que apenas 5 possuem uma estrutura Federal (dos quais dois não são países europeus).

4.1 Análise de Resultados

Os três modelos presentes no quadro 4.1 são significativos ($F(7,19) = 9,069, p < 0,001$; $F(6,21) = 11,676, p < 0,001$; $F(7,20) = 14,774, p < 0,001$ - respetivamente), explicando, respetivamente 68,5%, 70,3% e 78,1% da variação da variável colapso da democracia. Estes modelos demonstram padrões semelhantes na explicação da queda da democracia: em todos os modelos, o nível de riqueza, medido através do PIB/per capita (t-1), é a variável com maior efeito no colapso democrático (Beta = -0,875, $F(1) = 9,388, p = 0,006$; Beta = -0,888, $F(1) = 19,119, p < 0,001$; Beta = -0,683, $F(1) = 12,704, p = 0,002$, respetivamente) indicando que as instâncias de colapso democrático são mais recorrentes nos países mais pobres do sistema internacional. Nos modelos 1 e 2, todas as restantes variáveis não são significativas na explicação do colapso da democracia ($p > 0,1$). Já o modelo 3 indica que as instâncias de colapso democrático são mais recorrentes nos países criados após a primeira grande guerra (Beta = 0,370, $F(1) = 3,030, p = 0,097^{23}$). Por outro lado, países com maiores níveis de irredentismo estão associados, de forma estatisticamente significativa, a instâncias de colapso democrático (Beta = 0,289, $F(1) = 6,226, p = 0,021$). Finalmente, países com maiores níveis de irredentismo externo estão significativamente mais associados a instâncias de colapso democrático (Beta = 0,369, $F(1) = 4,785, p = 0,041$).

No entanto, e tendo em conta o que foi dito acima, esta forma clássica de conceptualizar o PIB/per capita (em t-1) trás consigo algumas distorções estatísticas. Comparar o nível do PIB/per capita no ano antes do colapso da democracia, com os níveis de PIB/per capita dos países democráticos em 1939 leva a uma inflação artificial dos valores

²³ Assumimos que os valores p menores que 0,1 podem ainda ser considerados significativos na medida em que o N é relativamente pequeno.

desta variável para as democracias que sobrevivem à primeira contra vaga de democratização. Isto não é muito grave em países como a Roménia cuja democracia colapsa em 1938. Mas para países como a Itália em que a democracia colapsa logo em 1922, os efeitos de distorção são enormes: estamos a comparar o nível de riqueza de um país no início dos anos 20 com os níveis de riquezas das democracias sobreviventes no final dos anos 30. Esta distorção torna-se bastante perceptível se compararmos a evolução do PIB/*per capita* na Itália e Finlândia (ver Figura 4.1).

Quadro 4.1: Determinantes do Colapso Democrático nos Países da Europa Entre Guerra (1918-1939)

Modelo	M1	M2	M3
	Beta	Beta	Beta
PIB/ <i>per capita</i> (t-1)	-0,875**	-0,888***	-0,683**
Duração do Regime	0,065	0,037	0,015
Novos Países	0,163	-	0,370+
Número de Governos/ano	0,102	0,082	0,166
Monarquia	0,014	0,012	0,039
Minorias Nacionais	-0,059	-	-
Minorias Expatriados	0,152	-	-
Revanchismo	-	0,098	-
Revanchismo Externo	-	-0,201	-
Irredentismo	-	-	0,289*
Irredentismo Externo	-	-	0,369*
	$R^2_a = 0,685***$	$R^2_a = 0,703***$	$R^2_a = 0,781***$
	F (7,19) = 9,069	F (6,21) = 11,676	F (7,20) = 14,774

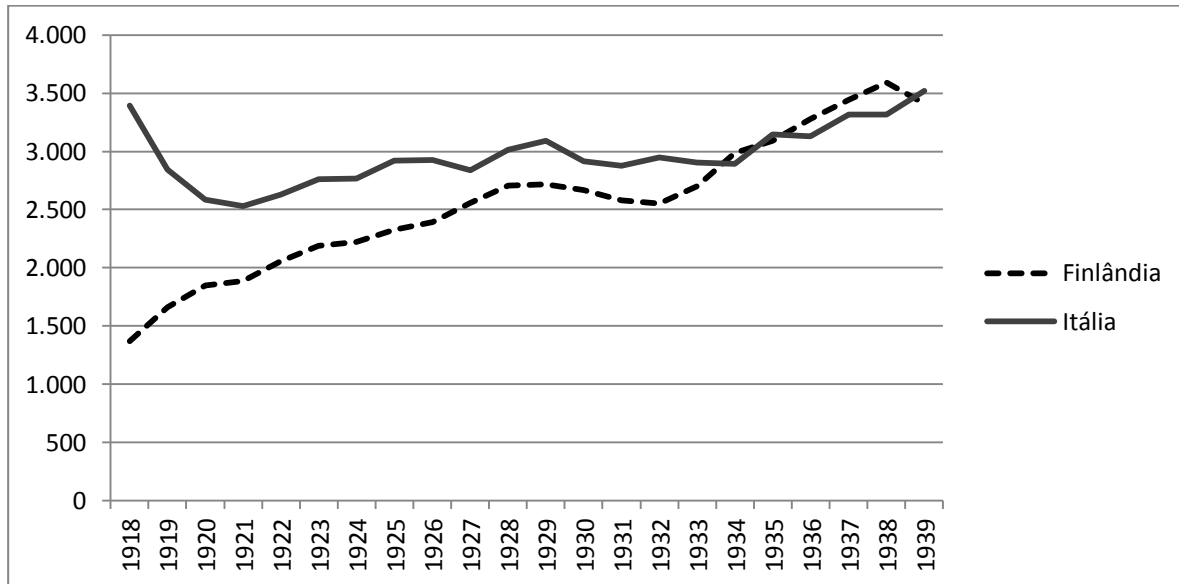
+ p<0,1 * p<0,05 ** p<0,01 *** p<0,001

Como a figura 4.1 demonstra, durante o período em análise, a Itália foi um país com níveis de riqueza superiores ou semelhantes à Finlândia. No entanto, se tomarmos os valores do PIB/*per capita* em t-1 (como ocorre nos modelos 1, 2 e 3) ficamos confrontados com uma situação em que Itália tem um PIB/*per capita* perto dos \$2500 (1921) ao passo que a mesma variável assume, no caso finlandês, um valor próximo dos \$3500 (1939).

Para controlar estas distorções estatísticas - e seguindo as hipóteses na literatura que postulam a existência de um limiar mínimo a partir do qual a democracia não pode colapsar (Lipset, 1960; Przeworki, et al, 1996) – os modelos do quadro 4.2 assumem os valores do PIB/*per capita* mínimo durante o período em análise. Voltando a comparar o caso italiano e finlandês, ficamos perante uma situação em que o PIB/*per capita* Italiano assume um valor perto dos \$2500 (1921) ao passo que a Finlândia assume um valor perto dos \$1400 (1918). A

figura 4.2 Compara os valores do PIB/*per capita* t-1 e do PIB/*per capita* Mínimo. O que se verifica é que, de uma forma geral, que os valores do PIB/*per capita* Mínimo são muito mais homogêneos do que os valores dos PIB/*per capita* t-1.

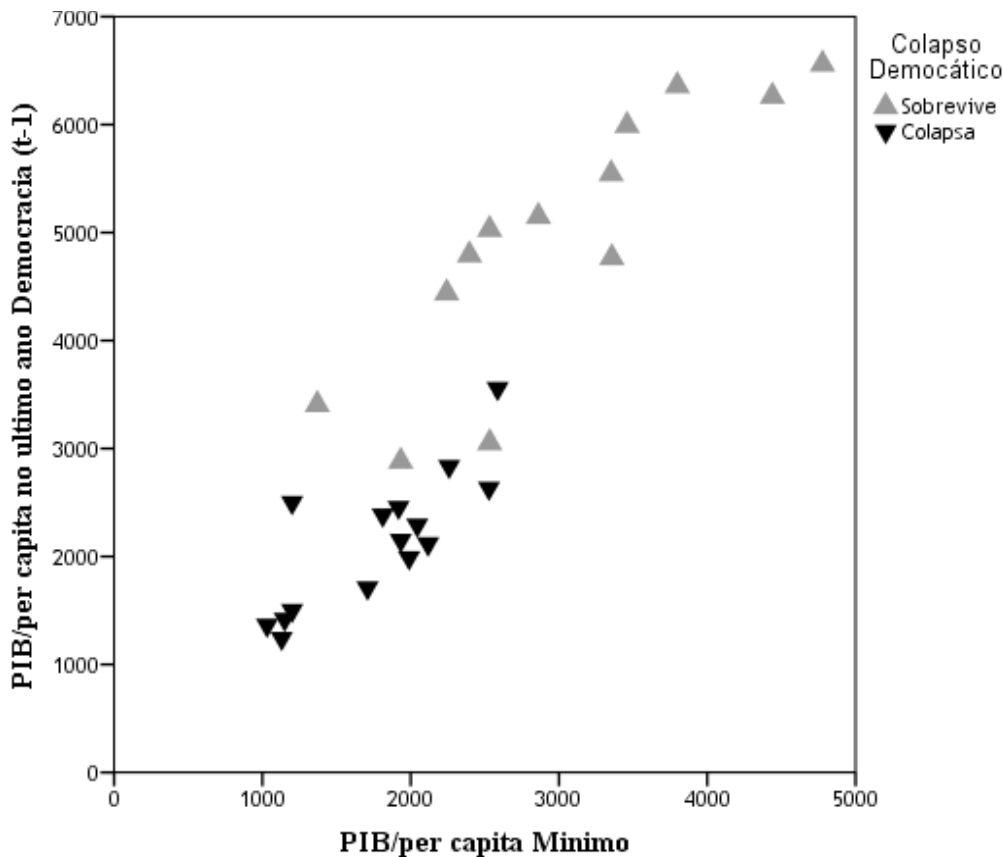
Figura 4.1: Evolução do PIB/*per capita* (em US\$ 1990) Finlandês e Italiano no Período Entre Guerras



Fonte: elaborado a partir de *The Maddison Project*.

Analisando os modelos do quadro 4.2 podemos verificar que os três modelos apresentados são estatisticamente significativos ($F(7,19) = 3,979, p=0,008$; $F(6,21) = 5,050, p=0,002$; $F(7,20) = 7,755, p<0,001$ - respetivamente), explicando, respetivamente 44,5%, 47,4% e 63,7% da variação da variável colapso da democracia. Podemos verificar também que o poder explicativo do nível de riqueza nacional – medida através do PIB/*per capita* Mínimo - diminui substancialmente face aos modelos anteriores ($p>0,1$). No modelo 4, verificamos que as variáveis que melhor explicam o colapso da democracia são o número de governos/ano ($Beta = 0,541$; $F(1) = 4,545, p=0,046$) e a existência de minorias expatriadas ($beta = 0,397, F(1) = 4,446 p=0,048$). Em ambos os casos, os valores de Beta são positivos, indicando que quanto maior o número de governos/ano (i.e. quanto maior a instabilidade governativa dos estados) maior o número de instâncias em que existe um colapso da democracia. Por outro lado, quanto maiores as populações de cidadãos nacionais fora das fronteiras dos estados - as minorias expatriadas – maior o número de instâncias em que o colapso da democracia ocorre.

Figura 4.2: PIB/*per Capita* (t-1) e PIB/*per Capita* Mínimo (em US\$ 1990) dos Países da Europa Entre Guerras



Fonte: elaborado a partir de *The Maddison Project* e Norkus (2015)

Já o modelo 5, as variáveis dependentes em análise – revanchismo e o revanchismo externo - voltam a não ser estatisticamente significativas ($\text{Beta} = 0,368$, $F(1) = 2,502$, $p=0,117$; $\text{Beta} = 0,129$, $F(1) = 0,256$, $p=0,618$). Por outro lado, o efeito do PIB/*per capita*, tão explicativo no modelo 2, deixa de ser estatisticamente significativo na explicação do colapso democrático ($\text{Beta} = -0,279$, $F(1) = 0,733$, $p=0,0402$). Ao invés, volta a ser a instabilidade governativa, a variável que melhor explica o colapso democrático ($\text{Beta} = 0,494$, $F(1) = 4,115$, $p=0,055$): por outras palavras, são os governos com maior instabilidade governativa aqueles em que existe maior tendência para o colapso democrático.

Por fim, o modelo 6 - que repete o modelo 3 alterando apenas a forma de medição do PIB/*per capita* – indica de novo que a instabilidade governativa explica de forma significativa o colapso da democracia: quanto maior o número de governos por ano, maior o número de instâncias em que existe um colapso da democracia ($\text{Beta} = 0,445$, $F(1) = 5,141$, $p=0,035$). Por outro lado, e à semelhança do que ocorre no modelo 3, o efeito do irredentismo volta a ser estatisticamente significativo na explicação do colapso da democracia: é nos países com maiores níveis de irredentismo que existem mais instâncias de colapso da democracia ($\text{Beta} =$

0,440, $F(1) = 9,079$, $p=0,007$). Finalmente, e à semelhança do que ocorre no modelo 3, o irredentismo externo é estatisticamente significativo na explicação do colapso da democracia: quanto maior a proporção de territórios nacionais reivindicados por países estrangeiros, maior serão as instâncias de colapso da democracia (Beta = 0,534, $F(1) = 8,403$, $p=0,009$).

Quadro 4.2: Determinantes do Colapso Democrático nos Países da Europa Entre Guerra (1918-1939)

Modelo	M4 Beta	M5 Beta	M6 Beta
PIB/ <i>per capita</i> Mínimo	-0,213	-0,279	-0,199
Duração do Regime	-0,063	-0,078	-0,090
Novos Países	0,183	-	0,260
Número de Governos/ano	0,541*	0,494+	0,445*
Monarquia	0,228	0,188	0,163
Minorias Nacionais	0,008	-	-
Minorias Expatriados	0,397*	-	-
Revanchismo	-	0,368	-
Revanchismo Externo	-	0,173	-
Irredentismo	-	-	0,440**
Irredentismo Externo	-	-	0,534**
	$R^2_a = 0,445^{**}$	$R^2_a = 0,474^{**}$	$R^2_a = 0,637^{***}$
	$F(7,19) = 3,979$	$F(6,21) = 5,050$	$F(7,20) = 7,755$

+ $p < 0,1$ * $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

4.2 Discussão

A partir destes resultados podemos retirar algumas conclusões relevantes sobre a primeira contra vaga de democracia. Por um lado, a hipótese 1 que postulava que seria “*espectável que o colapso democrático se verifique nas sociedades com maiores níveis de heterogeneidade populacional*” é rejeitada quer no modelo 1, quer no modelo 4. Se é verdade que as sociedades mais heterogêneas são confrontadas com desafios inexistentes em sociedades homogêneas (Lijphart, 1977), o que os resultados demonstram é que tais desafios não são de forma nenhuma inultrapassáveis. Tomando a totalidade dos países em análise, a média de minorias nacionais nos estados do período entre guerras é de 16,17% da população. Portugal é o país mais homogêneo em que apenas 0,05% da população não pertence ao grupo linguístico maioritário, ao passo que a Checoslováquia é o país mais heterogêneo com 49,63% da população não pertencente ao grupo linguístico maioritário.

Como se pode verificar no quadro 4.3, existe uma distribuição homogênea da heterogeneidade populacional entre democracias que sobrevivem e democracias que

colapsam. Note-se, por exemplo, que os dois países mais heterogéneos da Europa – a Checoslováquia e Bélgica - sobrevivem à primeira contra vaga de democratização. Por outro lado, a democracia colapsa em países bastante homogéneos: Alemanha, Áustria, Grécia, Itália e Portugal. É de notar, no entanto, que na Europa de Leste todos os estados em que a democracia não sobrevive são caracterizados por populações bastante heterogéneas: mais de 10% da população da Bulgária, Estónia, Hungria, Lituânia, Letónia, Polónia, Roménia e Jugoslávia pertencem a grupos minoritários. Talvez por isto, a literatura tenda a focar-se tanto na questão das minorias como explicação do colapso da democracia (Aldcroft e Morewood, 1995; Arendt, 2004; Carr, 2001; Ferguson, 2006; Golezewski, 2013; Hobsbawm, 2013; Horváth, 2013; Lijphart, 1977; Linz, 1987; Milza, 2007; Pasteur, 2007; Steiner, 2005; Tooze, 2015). No entanto, este consenso na literatura não tem em conta o facto da heterogeneidade populacional não ser de forma alguma um monopólio das democracias colapsadas. Metade das democracias que sobrevivem ao período entre guerras são países em que mais de 10% da população não pertence ao grupo maioritário nacional e um terço dos colapsos democráticos ocorrem em países relativamente homogéneos. Isto tende a corroborar o argumento de Lijphart (1977: 21) que o nível de homogeneidade das democracias ocidentais tende a ser sobrevalorizado.

Quadro 4.3: Nível de Heterogeneidade nas Democracias Sobreviventes e Colapsadas do Período Entre Guerras

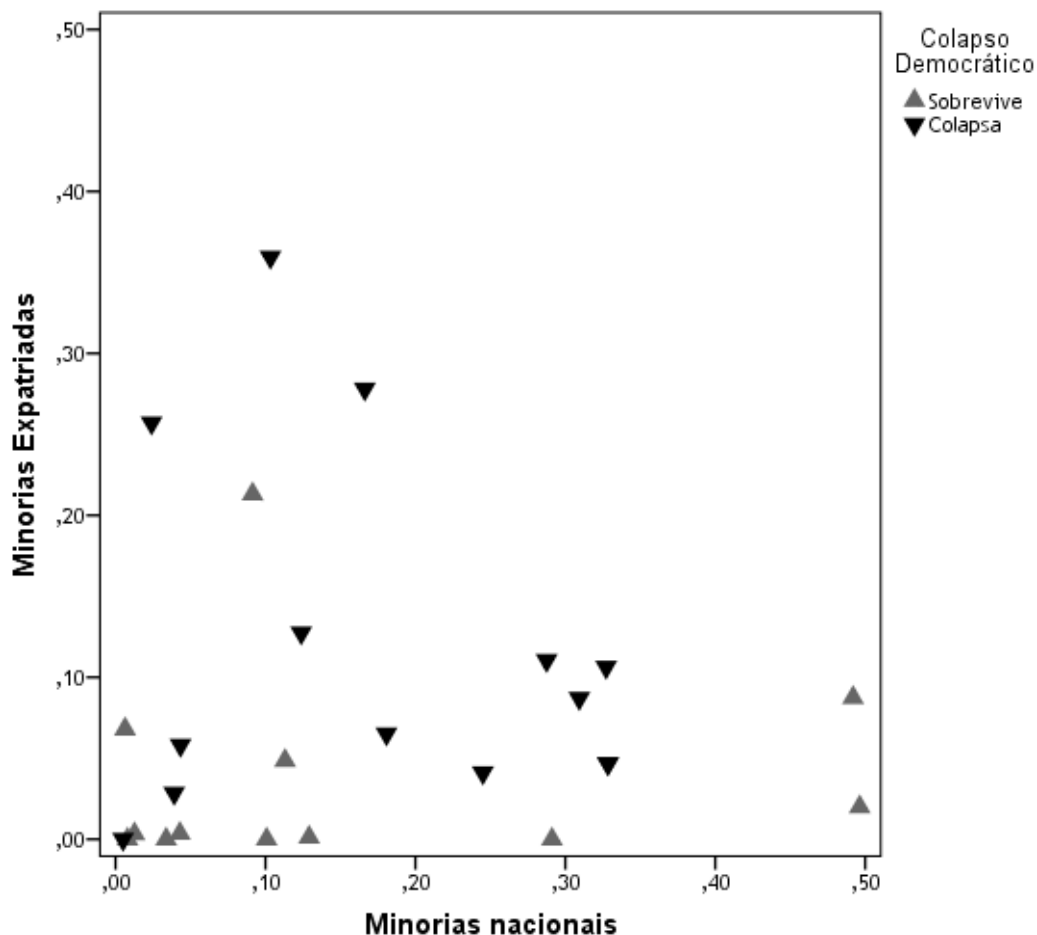
	Nível de Heterogeneidade (% de cidadãos não Pertencentes ao Grupo Linguístico Maioritário)		
	Baixa (<10%)	Média (10-20%)	Elevada (>20%)
Colapso Democrático	Alemanha (2,40%)	Bulgária (16,62%)	Espanha Mon.(32,84%)
	Áustria (3,90%)	Estónia (12,38%)	Espanha Rep. (32,84%)
	Grécia (4,33%)	Hungria (10,44%)	Letónia (28,75%)
	Itália (3,91%)	Lituânia (18,07%)	Polónia (32,72%)
	Portugal (0,05%)	-	Roménia (24,5%)
	-	-	Jugoslávia (30,93%)
Ausência de Colapso Democrático	Dinamarca (1,26%)	Finlândia (11,3%)	Bélgica (49,20%)
	Países Baixos (4,29%)	França (12,91%)	Suíça (29,11%)
	Irlanda (9,08%)	EUA (10,17%)	Checoslováquia (49,63%)
	Noruega (0,08%)	-	-
	Suécia (0,63%)	-	-
	Reino Unido (3,38%)	-	-

Fonte: Elaborado com base em Gibson e Jung (2005); Hennessey (1998); Meillet, 1928.

Já a segunda hipótese, que postulava que seria “*expectável que a manutenção de regimes democráticos se verifique nos estados com menores proporções de expatriados*” é

confirmada pelo modelo 4. Como foi argumentado acima, se o mesmo não acontece no modelo 1, isto deve-se ao facto que existe uma sobrevalorização da importância relativa do PIB/*per capita* – com a inflação do nível médio de riqueza das democracias sobreviventes - devido à forma como esta variável é medida. Por outras palavras, a importância relativa da variável PIB/*per capita* é inflacionada ao ponto de diluir o efeito das outras variáveis em estudo.

Figura 4.3: Proporção de Minorias Nacionais e Expatriadas nas Democracias que Colapsam e Sobrevivem à primeira vaga de Democratização



Fonte: Elaborado com base em Gibson & Jung, 2005, Hennessey (1998); Meillet, 1928.

Os dados demonstram também que a separação de grupos nacionais da sua “pátria mãe” tende a causar reações nacionalistas face ao *status quo* internacional representado pela imposição de fronteiras “injustas” em termos externos, e pela democracia liberal em termos internos (Pasteur, 2007: 24; Linz, 1987: 111-113). Como se pode observar no quadro 4.3, a grande maioria dos países em que a democracia colapsa no período entre guerras têm um número substancial de cidadãos expatriados. Já nas democracias sobreviventes, o fenómeno dos expatriados não só é menos recorrente, mas também, quando existe, assume proporções

muito mais pequenas da população nacional. Por outras palavras, a divisão da nação em vários Estados aparenta ser muito mais prejudicial para a sobrevivência da democracia do que a existência de Estados compostos por várias nações.

A terceira hipótese que nos propusemos a testar assumia que seria expectável que “*regimes democráticos sejam mantidos nos estados com menores níveis de irredentismo*”. Esta hipótese é confirmada pelos resultados do modelo 3 e 6 sendo que ambos indicam o nível de irredentismo como uma variável estatisticamente significativa na explicação na variância do colapso democrático. Em ambos os modelos, o valor de Beta é positivo, indicando que é nos países com maiores níveis de irredentismo que existem mais instâncias de colapso da democracia. Existe, conseqüentemente, uma relação entre o grau de insatisfação com o *status quo* internacional e o colapso da democracia (Kallis, 2000; Kornprobst, 2008; Linz, 1987). Estes resultados aparentam comprovar a ideia que a situação internacional tem um efeito direto no apoio doméstico ao regime: nações insatisfeitas com a sua situação internacional tendem a rejeitar o tipo de regime promovido pelas potências que garantem a manutenção da ordem internacional (neste caso, a democracia liberal).

Quadro 4.4: Alterações Territoriais como Resultado da Primeira Guerra Mundial

	Alterações Territoriais após a Primeira Guerra Mundial (em % de Território)		
	Perdas Territoriais	Manutenção das Fronteiras	Ganhos Territoriais
Colapso da Democracia	Áustria (-72%)	Espanha Mon.	Estónia (100%)
	Bulgária (-8,04%)	Espanha Rep.	Grécia (+17,65%)
	Alemanha (-13,31%)	Portugal	Itália (+8,1%)
	Hungria (-71,38%)	-	Lituânia (100%)
	-	-	Letónia (100%)
	-	-	Polónia (100%)
	-	-	Roménia (+53,22%)
	-	-	Jugoslávia (+64,51%)
Ausência de Colapso da Democracia	Reino Unido (-22,04%)	Canadá	Bélgica (+3,45%)
	-	Suíça	Checoslováquia (100%)
	-	Países Baixos	Dinamarca (+10,26%)
	-	Noruega	Finlândia (100%)
	-	Suécia	França (+2,8%)
	-	EUA	Irlanda (100%)

Fonte: *Statistical Yearbook of the League of Nations.*

Por outro lado, a quarta hipótese que considerava “*expectável que regimes democráticos sejam mantidos nos estados com menores níveis de revanchismo*” é rejeitada. O revanchismo – interno e externo - quer no modelo 2, quer no modelo 5, não é explicativo da variância do colapso da democracia no período entre guerras. Isto é particularmente curioso

na medida em que (à exceção do Reino Unido) a democracia colapsou em todos os países que perderam territórios como consequência da primeira guerra mundial: Alemanha, Áustria, Bulgária e Hungria. Por outro lado, a maior parte dos colapsos democráticos ocorrem em países que beneficiaram territorialmente com a repartição da Europa após a primeira guerra mundial – Estónia, Grécia, Itália, Lituânia, Letónia, Polónia, Roménia e Jugoslávia – ou que não sofreram alterações territoriais como consequência da guerra – Portugal e Espanha (ver quadro 4.4).

Por fim, a hipótese 5 que considerava “*expectável que regimes democráticos sejam mantidos nos estados com maiores níveis de irredentismo externo*” é totalmente rejeitada. Não só os países cujas fronteiras são disputadas pelos seus vizinhos não demonstram menos instâncias de colapso democrático, como também a relação estabelecida é inversa à hipótese de estudo: quanto maior a proporção de territórios nacionais reivindicados por países estrangeiros, maior serão as instâncias de colapso democrático. Isto contraria a ideia que existe uma relação entre o interesse nacional na manutenção do *status quo* internacional e a manutenção do regime democrático: as ameaças externas podem contribuir para o exacerbar das forças centrífugas nos países democráticos. Como argumenta Thompson (1996: 144), a existência de conflitos fronteiriços tende a produzir políticas autoritárias não só nos estados que procuram alterações de fronteiras, mas também nos estados que são forçados a defender-se de vizinhos agressivos.

A figura 4.4 compara os níveis de Irredentismo e Irredentismo Externo dos países em análise. O que podemos observar é que existem dois padrões importantes: por um lado a maioria dos países do sistema internacional em estudo possuem territórios disputados por estados vizinhos (18/28), por outro a maioria dos estados têm pretensões irredentistas face a territórios dos seus vizinhos (15/28). De seguida é possível verificar que a grande maioria dos países com pretensões irredentistas sobre os seus vizinhos tem um colapso da democracia no período entre guerras (12/15). Já no que toca ao irredentismo externo, a maioria dos países cujos vizinhos reivindicam parte do seu território nacional sofrem um colapso da democracia no mesmo período (11/18).

É de notar também que existe apenas um país com pretensões irredentistas substanciais em que a democracia sobrevive – a Irlanda – com uma disputa territorial correspondente a 20,47% do seu território. Simultaneamente, existe apenas uma democracia sobrevivente com altos níveis irredentismo externo – a Checoslováquia com 73,92% do seu território reivindicado pelos seus vizinhos. Ao invés, a grande maioria dos países com altos

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tucídides, na sua “História da Guerra do Peloponeso” (2009: 8.46-70), narra como, na primeira democracia do mundo, a guerra foi responsável pelo primeiro colapso democrático da história: após anos de guerra, e depois de uma sucessão de derrotas às mãos dos Espartanos, o imperador persa disponibilizou os recursos do Império ao esforço de guerra de Ateniense. Numa situação em que o prestígio, a honra e a própria existência da Cidade estavam em risco, a proposta do imperador parecia irrecusável. Mas havia um importante senão: em troca de apoio militar, a Pérsia exigia que os atenienses adotassem um regime mais “moderado”, que garantisse uma relação estável com o império. Forçados a escolher entre a derrota e humilhação da cidade ou o fim da democracia, os atenienses optaram pela segunda hipótese: e foi assim que os cidadãos de Atenas, em assembleia reunidos, votaram pela abolição de uma democracia com cem anos de história. Vinte e cinco séculos volvidos esta tensão entre ideologia e razão de estado (Pinto, 2012), entre democracia e orgulho nacional, foi central no período entre guerras, e uma das causas principais da primeira “contra vaga de democracia” (Huntington, 1993).

Os anos entre 1918 e 1939 foram anos de enormes mudanças no sistema internacional e na situação política dos estados europeus. O colapso dos grandes impérios multinacionais levou à criação de novos estados, alterando de forma radical o mapa da Europa. Com o fim da primeira guerra mundial, a democracia triunfou sobre os regimes “moderadamente autoritários” e “moderadamente liberais” que compunham grande parte dos estados europeus antes da guerra (Tooze, 2015: 513). O sistema Wilsoniano prometeu uma Europa de estados-nação democráticos com o intuito de evitar outra guerra fratricida na Europa. Este projeto falhou completamente nos seus três objetivos principais: 1) os estados criados após a guerra não eram, nem nunca poderiam ser, estados-nação com populações homogêneas; 2) grande parte dos sistemas democráticos não sobreviveu aos conturbados anos 20 e 30; 3) a paz, a grande promessa do sistema Wilsoniano, durou apenas de 21 anos (menos, diga-se de passagem, que os sistemas “realistas”²⁴ de Metternich e Bismarck). Esta dissertação tentou ser uma explicação do porquê do colapso das democracias no período entre guerras e, neste sentido, uma explicação do colapso do projeto wilsoniano.

Concluimos em primeiro lugar, e ao contrário do que é consensual na literatura sobre o período entre guerras (Aldcroft e Morewood, 1995; Arendt, 2004; Carr, 2001; Ferguson,

²⁴ Em ambos os sentidos da palavra.

2006; Golezewski, 2013; Hobsbawm, 2013; Horváth, 2013; Lijphart, 1977; Linz, 1987; Milza, 2007; Pasteur, 2007; Steiner, 2005; Tooze, 2015) que a existência de minorias nacionais dentro das fronteiras dos estados não é um bom preditor do colapso das democracias: se é um facto que grande parte dos países em que a democracia colapsou eram caracterizados por altos níveis de heterogeneidade populacional, também é verdade que a democracia sobreviveu em sociedades bastante heterogéneas. Por outras palavras, existe uma sobrevalorização da importância do carácter centrífugo da heterogeneidade populacional. Inversamente existe também uma sobrevalorização do carácter centrípeto da homogeneidade populacional: a democracia colapsou em países bastante homogéneos como os exemplos alemão, italiano e português demonstram. Em suma, a existência de minorias nacionais dentro das fronteiras dos estados não é uma boa variável na explicação do colapso das democracias no período entre guerras.

O mesmo já não pode ser dito sobre a existência de minorias expatriadas fora das fronteiras do estado. Os resultados indicam que nações divididas por vários estados tendem a sofrer colapsos democráticos. É importante referir que existem algumas exceções a esta regra: a democracia sobrevive na Suécia apesar de uma parte substancial da população estar sob soberania finlandesa. O mesmo acontece com a democracia irlandesa que sobrevive à partição da ilha entre a República e o Reino Unido. No entanto, e apesar destas exceções, a grande maioria das nações divididas experienciam colapsos democráticos: é o caso da Hungria, da Itália, da Bulgária, da Polónia, dos países bálticos e da Alemanha. Por outras palavras, podemos concluir que o problema das minorias contribuiu para o colapso das democracias no período entre guerras, mas não da forma que o problema é normalmente conceptualizado: paradoxalmente a existência de minorias expatriadas fora das fronteiras nacionais é muito mais prejudicial para a sobrevivência da democracia do que a heterogeneidade interna dos estados.

O outro grande objetivo desta dissertação consistia em perceber até que ponto a estabilidade de fronteiras contribuiu para o colapso das democracias entre 1918 e 1939. No entanto, os dados estão longe de ser inequívocos, sendo que requerem alguma clarificação. O facto de os Estados terem sido beneficiados ou prejudicados pela grande guerra – o que definimos como revanchismo e revanchismo externo - não é um fator crucial na explicação do colapso democrático. A democracia colapsa tanto em estados que perderam a guerra, como em estados que saíram beneficiados com os tratados de paz, bem como em estados que mantêm as suas fronteiras inalteradas apesar da guerra mundial.

O que é inequívoco é que a existência de disputas fronteiriças é prejudicial para a estabilidade da democracia. Isto ocorre tanto nos países que consideram o *status quo* democrático injusto, como naqueles que têm um interesse nacional na manutenção das fronteiras. Esta dissertação postulava que a existência de um *status quo* internacional baseado na democracia faria com que os países insatisfeitos rejeitassem não só esse *status quo*, mas também o tipo de regime que o sustentava. Esta hipótese foi confirmada pelos resultados: existe uma relação clara entre a insatisfação com o sistema internacional e o colapso da democracia. Não obstante, o inverso desta linha de raciocínio não foi confirmado: grande parte dos países com interesse na manutenção do *status quo* democrático também experienciaram colapsos da democracia. No entanto, é importante notar que são as democracias irredentistas as primeiras a colapsar - Hungria (1919), Bulgária (1923), Alemanha (1933) - ao passo que nas democracias satisfeitas com o *status quo*, o colapso do regime tende a ocorrer mais tarde: Estónia (1934), Letónia (1934), Roménia (1938).

É também importante referir que a instabilidade de fronteiras do período entre guerras era um fenómeno tão recorrente que não é possível fazer uma divisão binária clara entre “países satisfeitos” e “países insatisfeitos” com o *status quo* internacional: existe uma terceira categoria de países caracterizados pela existência de irredentas externas por parte de estados vizinhos e, simultaneamente, insatisfação face a algumas das suas fronteiras: é o caso da Áustria, Itália, Grécia, Jugoslávia, Lituânia e Polónia. Note-se que em todos estes países a democracia colapsa no período entre guerras. Em suma, a competição entre nacionalismos – especialmente a existência de conflitos fronteiriços – é extremamente prejudicial à manutenção de regimes democráticos, pondo em causa não só os países insatisfeitos, mas também os países que se sentem ameaçados pelos irredentismos dos seus vizinhos. Como argumenta Bourdieu (2014: 214), a geografia funciona como “libido nacional” e nenhuma nação tolera o questionar da sua geografia.

Isto tem implicações importantes para a democracia moderna. Por um lado é importante reconhecer que existe uma relação direta entre a existência de fronteiras pacíficas e a estabilidade das democracias: O irredentismo é perigoso não só para as democracias dos estados irredentos, mas também para a estabilidade das democracias vizinhas. Como argumenta Gilber (2007), a democracia tende a sobreviver em estados cujas fronteiras são universalmente aceites e reconhecidas. Por outro lado é importante reconhecer que a resolução de conflitos fronteiriços é necessária para a promoção e sobrevivência da democracia. Por fim, é importante acrescentar algumas ressalvas à teoria da paz democrática: se é verdade que não existem guerras entre democracias (Levy, 1989: 87-88), também é um

facto que as democracias não são inabaláveis. Se a competição de nacionalismos é um risco para a democracia, o perigo está no colapso democrático como preâmbulo da guerra: não existem guerras entre democracias porque as democracias tendem a colapsar antes da guerra eclodir. Em suma, não só existe uma relação entre democracia e paz, existe também uma relação entre paz e democracia.

A questão que assombrou o período entre guerras foi como garantir essa paz numa situação em que diferentes nações adotavam “mapas mentais contraditórios” (Golezewski, 2013: 141). O colapso do sistema wilsoniano deve servir como um exemplo de tudo o que pode correr mal quando conflitos internacionais não são devidamente solucionados. Em risco está não só a sobrevivência da democracia, mas a manutenção da paz mundial.

FONTES

- Aldcroft, D. (2006), *Europe's Third World: The European Periphery in the Interwar Years*, Aldershot, Ashgate.
- Borzecki, J. (2008), *The Soviet-Polish Peace of 1921 and the Creation of Interwar Europe*, New Haven, Yale University Press.
- Boyce, R. (2012), *The Great Interwar Crisis and the Collapse of Globalization*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- Coppedge, M., Gerring J., Lindberg, S. I., Skaaning, S. Teorell, J., Altman, D., Bernhard, M., Fish, S., Glynn, A., Hicken, A., Knutsen, C. K., Marquardt, K., McMann, K., Miri, F., Paxton, P., Pernstein, D., Staton, Je., Tzelgov, E., Wang, Y., Zimmerman, B. (2016), *Varieties of Democracy (V-Dem) Project*, Retrieved from V-Dem Varieties of Democracy, Disponível em: <https://www.v-dem.net/en/data/data-version-6-2/>.
- Ferguson, N. (2006), *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, London, Penguin Books.
- Gibson, C., & Jung, K. (2005), Historical Census Statistics on Population Totals by Race, 1790 to 1990, and By Hispanic Origin, 1970 to 1990, For Large Cities and Other Urban Places in the United States, *U.S. Census Bureau, Working Paper No. 76*.
- Hausleitner, M. (2013), "Romania in the Second World War: Revisionist out of Necessity", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (org.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 173-187.
- Horváth, F. (2013), "Minorities into Majorities: Sudeten German and Transylvanian Hungarian Political Elites as Actors of Revisionism before and During the Second World War", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 30-49.
- Hennessey, T. (1998), *Dividing Ireland: World War I and Partition*, London, Routledge.
- Kornprobst, M. (2008), *Irredentism in European Politics: Argumentation, Compromise and Norms*, Cambridge, Cambridge University Press.
- League of Nations, Economic and Financial Sections (2016, Outubro 27), *Statistical year-book of the League of Nations*, Retrieved from League of Nations - Northwestern University Library, Disponível em: <http://digital.library.northwestern.edu/league/biblio.html>.
- Maddison-Project, T, (14, Outubro 2016), Disponível em: Maddison Project: <http://www.ggd.net/maddison/maddison-project/home.htm>, 2013 version.
- Meillet, A. (1928), *Les Langues dans L'Europe Nouvelle*, Paris, Payot et Cie.
- Milza, P. (2007), *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa, Edições 70.
- Nohlen, D. & P. Stover (2010), *Elections in Europe: A Data Handbook*, Baden-Baden, Nomos.

- Norkus, Z. (2015), Kas Turtėjo GreiciAusiai? Baltijos Šalių Ūkio Augimo 1913–1938 Metais Palyginimas, *Politogyja*, 15 (3), 3-53.
- Pearson, R. (1994), *The Longman Companion to European Nationalism 1789-1920*, Harlow, Longman Publishing.
- Romistics, I. (2013), "Hungarian Revisionism in Thought and Action, 1920-1941", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 92-100.
- Spannerberger, N. (2013), "The Ethnic policy of the Third Reich Towards the Volksdeutsche in Central and Eastern Europe". em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 56-68.
- Steiner, Z. (2005), *The Lights that Failed: European International History 1919-1933*, New York, Oxford University Press.
- Tooze, A. (2015), *The Deluge: The Great War and the Remaking of the Global Order*, Milton Keynes, Penguin Books.
- Znamierowska-Rakk, E. (2013), "Bulgarian Territorial Revisionism and Bulgaria's Reprochement with the Third Reich", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 102-122.
- Troebst, S. (2013), "The Internal Macedonian Revolutionary Organization and Bulgarian Revisionism, 1923-1944", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 161-170.

BIBLIOGRAFIA

- Adenias, A. (1994), "The Duration of Democracy: Institutional vs. Socio-Economic Factors", em D. Beethen (org.), *Defining and Measuring Democracy*, London, Sage Publications, pp. 63-85.
- Aldcroft, D. (2006), *Europe's Third World: The European Periphery in the Interwar Years*, Aldershot, Ashgate.
- Aldcroft, D., & Morewood, S. (1995), *Economic Change in Eastern Europe since 1918*, Aldershot, Edward Elgar Publishing.
- Almond, G., & Verba, S. (1993), *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nation*. Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Anderson, B. (1991), *Imagined Communities*, London, Verso.
- Arendt, H. (2004), *As Origens do Totalitarismo*, Alfragide, Publicações Dom Quixote.
- Berg-Schlosser, D., & Mitchell, J. (2000), "Introduction", em D. Berg-Schlosser, & J. Mitchell (org.), *Conditions of Democracy in Europe: 1919-39*, London, MacMillan Press, (pp. 1-39).
- Bermeo, N. (2003), *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Breakdown of Democracy*, Princeton, Princeton University Press.
- Bolt, J., & Van Zanden, J. L. (2014), The Maddison Project: Collaborative Research on Historical National Accounts, *Economic History Review*, 67 (3), pp. 627-651.
- Borzecki, J. (2008), *The Soviet-Polish Peace of 1921 and the Creation of Interwar Europe*, New Haven, Yale University Press.
- Bourdieu, P. (2014), *Sobre o Estado: Curso no Colégio de France (1989-1992)*, Lisboa, Edições 70.
- Boyce, R. (2012), *The Great Interwar Crisis and the Collapse of Globalization*, Houndmills, Palgrave Macmillan.
- Carr, E. H. (2001), *The Twenty Year's Crisis: 1919-1939*, New York, Harper Collins Publishers.
- Case, H. (2013), "Revisionism in Regional Perspective", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (org.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 72-87.
- Cattaruzza, M., & Langewiesche, D. (2013), "Contextualizing Territorial Revisionism in East Central Europe: Goals, Expectations, Practices", em M. Cattaruzza, S. Dryoff, & D. Langewiesche (org.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Bergrahn, pp. 1-12
- Davidson, J. W. (2002), The Roots of Revisionism: Fascist Italy, 1922-1939, *Security Studies*, 11 (4), 125-159.
- Deák, I. (2013), "The Worst of Friends: Germany's Allies in East Central Europe", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (org.), *Territorial Revisionism and the Allies of*

- Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices* (pp. 17-28), New York, Berghahn.
- Diskin, A., Diskin, H., & Hazan, R. (2005), Why Democracies Collapse: The Reasons for Democratic Failure and Success, *International Political Science Review*, 26 (3), 291-309.
- Elgie, R. (2011), *Semi-Presidentialism: Sub-Types of Democratic Performance*, Oxford, Oxford University Press.
- Ferguson, N. (2006), *The War of the World: Twentieth-Century Conflict and the Descent of the West*, London, Penguin Books.
- Fukuyama, F. (1992), *The End of History and the Last Man*, London, Penguin Books.
- Gellner, E. (1965), *Thought and Challenge*. Chicago, University of Chicago Press.
- Gibson, C., & Jung, K. (2005), Historical Census Statistics on Population Totals by Race, 1790 to 1990, and By Hispanic Origin, 1970 to 1990, For Large Cities and Other Urban Places in the United States, *U.S. Census Bureau, Working Paper No. 76*.
- Gilber, D. M. (2007), Bordering on Peace: Democracy, Territorial Issues, and Conflict, *International Studies Quarterly*, 51 (3), 509-532.
- Gilber, D., & Braithwaite, A. (2012), Dangerous Neighbours, Regional Territorial Conflict and the Democratic Peace, *British Journal of Political Science*, 1-11.
- Golezewski, F. (2013), "Civil War in Occupied Territories: The Polish-Uckranian Conflict During the Interwar Years and the Second World War". em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 141-158.
- Hobsbawn, E. (1990), *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Mith, Reality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hobsbawn, E. (2013), *The Age of Extremes: 1914-1991*, London, Abacus.
- Holzer, J. (2000), "Poland: From Post-War Crisis to Authoritarianism", em D. Berg-Schlosser, & J. Mitchell (orgs.), *Conditions of Democracy in Europe: 1919-1939*, London, MacMillan Press, pp. 335-353.
- Horváth, F. (2013), "Minorities into Majorities: Sudeten German and Transylvanian Hungarian Political Elites as Actors of Revisionism before and During the Second World War", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 30-49.
- Huntington, S. (1993), *The Third Wave: Democratization in the late Twentieth Century*, Norman, University of Oklahoma.
- Huth, P. K., *Standing Your Ground: Territorial Disputes and International Conflict*, Ann Arbor, MI, The University of Michigan Press, 1998.

- Ilonzki, G. (2000). "Hungary: Crisis and Pseudo Democratic Compromise", em D. Berg-Schlosser, & J. Mitchell (orgs.), *Conditions of Democracy in Europe: 1919-1939*, London, MacMillan Press, pp. 242-261.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Kallis, A. (2000), *Fascist Ideology: Territory and Expansionism in Italy and Germany, 1922-1945*, New York, Routledge.
- Keynes, J. M. (2007), *The Economic Consequences of the Peace*, New York, Skyhorse Publishing.
- Kornprobst, M. (2008), *Irredentism in European Politics: Argumentation, Compromise and Norms*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Landman, T. (2003), *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*, New York, NY, Routledge.
- League of Nations, Economic and Financial Sections (2016, Outubro 27), *Statistical year-book of the League of Nations*, Retrieved from League of Nations - Northwestern University Library, Disponível em: <http://digital.library.northwestern.edu/league/biblio.html>.
- Levy, J. S. (1989), "Domestic Politics and War", em R. Rotberg, & T. Rabb (orgs.), *The Origin and Prevention of Major Wars*,. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 79-100.
- Lijphart, A. (1977), *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*, New Haven, CT, Yale University Press.
- Linz, J. (1987), *La Quiebra de las Democracias*, Madrid, Alianza Editorial.
- Linz, J. (1990), The Perils of Presidentialism, *Journal of Democracy*, 1 (1), 51-69.
- Lipset, S. M. (1960), *Political Man: The Social Bases of Politics*, Garden City, NY, Anchor Books.
- Meillet, A. (1928), *Les Langues dans L'Europe Nouvelle*, Paris, Payot et Cie.
- Milton, J. (1667 [2005]), *Paradise Lost*, Mineola, NY, Dover Publications.
- Milza, P. (2007), *As Relações Internacionais de 1918 a 1939*, Lisboa, Edições 70.
- Mudde, C. (2007), *Populist radical right parties in Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Overy, R. (2010), *The Morbid Age: Britain and the Crisis of Civilization, 1919-1939*, London, Penguin Books.
- Pasteur, P. (2007), *Les États Autoritaires en Europe: 1919-1945*, Paris, Armand Colin.
- Pearson, R. (1994), *The Longman Companion to European Nationalism 1789-1920*, Harlow, Longman Publishing.

- Pinto, J. N. (2012), *Ideologia e Razão de Estado: Uma História do Poder*, Porto, Civilização Editora.
- Przeworki, A., Alvarez, M., Cheibul, J. A., & Lemogi, F. (1996), What Makes Democracies Endure, *Journal of Democracy*, 7, 39-55.
- Putin, V. (2005, April 25), *Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*, Disponível em: The Kremlin Website: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>
- Sani, G., & Sartori, G. (1985), Polarization, Fragmentation and Competition in Western Democracies, *Acta Politica*, 12, 346-377.
- Schivelbusch, W. (2004), *The Culture of Defeat: On National Trauma, Mourning, and Recovery*, New York, Picador.
- Senese, P. D., & Vasquez, J. A. (2003), A Unified Explanation of Territorial Conflict: Testing the Impact of Sampling Bias, 1919-1992, *International Studies Quarterly*, 47 (2), 275-298.
- Spannerberger, N. (2013), "The Ethnic policy of the Third Reich Towards the Volksdeutsche in Central and Eastern Europe". em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 56-68.
- Steiner, Z. (2005), *The Lights that Failed: European International History 1919-1933*, New York, Oxford University Press.
- Taylor, M., & Herman, V. M. (1971), Party Systems and Government Stability, *American Political Science Review*, 65 (1), 28-37.
- Thompson, W. (1996), Democracy and Peace: Putting the Cart Before the Horse?, *International Organization*, 50 (1), 141-174.
- Tooze, A. (2015), *The Deluge: The Great War and the Remaking of the Global Order*, Milton Keynes, Penguin Books.
- Troebst, S. (2013), "The Internal Macedonian Revolutionary Organization and Bulgarian Revisionism, 1923-1944", em M. Cattaruzza, & D. Langewiesche (orgs.), *Territorial Revisionism and the Allies of Germany in the Second World War: Goals Expectations, Practices*, New York, Berghahn, pp. 161-170.
- Tucydides (2009), *The Peloponnesian War*, Oxford, Oxford University Press.

ANEXOS

Anexo 1: Grupos Linguísticos dos Países em Análise em Número Absoluto e em Proporção da População total do Estado

País											
Alemanha	Total	Alemão	Polaco	Checo	Lituano	Holandês	Francês	Dinamarquês	Valão	Outros	-
	63332093	61814233	1155490	57432	28585	25473	11805	11300	875	226900	-
	1	0,97603332	0,018244936	0,000906839	0,000451351	0,000402213	0,000186398	0,000178425	1,38161E-05	0,003582702	-
Áustria	Total	Alemão	Esloveno	Checo	Servo-Croata	Húngaro	Italiano	Polaco	Eslovaco	Ruteno	Outros
	6254738	6010629	91605	75954	43440	12134	8396	2632	1327	1314	7307
	1	0,960972146	0,014645697	0,012143434	0,006945135	0,001939969	0,001342342	0,000420801	0,000212159	0,000210081	0,001168234
Bélgica	Total	Flamenco	Valão	Alemão	Outros	-	-	-	-	-	-
	7903067	4015317	3471409	94195	322146	-	-	-	-	-	-
	1	0,508070727	0,439248332	0,011918791	0,04076215	-	-	-	-	-	-
Bulgária	Total	Búlgaro	Turco	Romeno	Roma	Grego	Outros	-	-	-	-
	5130014	4277270	574607	79448	65150	49460	84049	-	-	-	-
	1	0,833773553	0,112008856	0,015486897	0,01269977	0,009641299	0,016383776	-	-	-	-
Checoslováquia	Total	Checo	Alemão	Eslovaco	Húngaro	Russo	Polaco	Romenos	Outros	-	-
	14096995	7100928	3451074	2117422	801161	515776	84203	12553	13878	-	-
	1	0,503719268	0,244809195	0,150203785	0,056832041	0,036587656	0,005973117	0,000890473	0,000984465	-	-
Dinamarca	Total	Dinamarquês	Alemão	Outros	-	-	-	-	-	-	-
	3450635	3407223	41603	1809	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,987419127	0,012056621	0,000524251	-	-	-	-	-	-	-
Espanha (Mon.)	Total	Castelhano	Catalão	Galego	Basco	Roma	-	-	-	-	-
	23237354	15605926	4753529	2347899	600000	30000	-	-	-	-	-
	1	0,67158791	0,204564126	0,10103986	0,025820496	0,001291025	-	-	-	-	-
Espanha (Rep.)	Total	Castelhano	Catalão	Galego	Basco	Roma	-	-	-	-	-
	23237354	15605926	4753529	2347899	600000	30000	-	-	-	-	-
	1	0,67158791	0,204564126	0,10103986	0,025820496	0,001291025	-	-	-	-	-
Estónia	Total	Estónio	Sueco	Russo	Alemão	Outros	-	-	-	-	-
	1107059	969976	7850	91109	18319	19799	-	-	-	-	-
	1	0,876173718	0,00709086	0,082298233	0,016547447	0,017884322	-	-	-	-	-
EUA	Total	Branços*	Afroamericanos*	Outros*	-	-	-	-	-	-	-
	122775046	110286740	11891143	597163	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,898283027	0,096853093	0,004863879	-	-	-	-	-	-	-
Finlândia	Total	Finlandês	Sueco	Russo	Alemão	Estónio	Outros	-	-	-	-
	3573913	3170064	393441	5532	1737	35	3105	-	-	-	-
	1	0,887000887	0,110086899	0,001547883	0,000486022	9,79319E-06	0,000868796	-	-	-	-
França	Total	Francês	Alemão	Bretão	Corso	Flamengo	Catalão	Basco	Roma	Outros/Imigrantes	-
	40324189	35119413	1381305	1000000	291212	200000	186259	100000	2000	2044000	-
	1	0,870926704	0,034254998	0,024799011	0,00722177	0,004959802	0,004619039	0,002479901	4,9598E-05	0,050689178	-

Fonte: Calculado a partir de Gibson & Jung (2005); Meillet (1928).

*dados para os EUA representam composição étnica (não língua)

Anexo 2: Grupos Linguísticos dos Países em Análise em Número Absoluto e em Proporção da População total do Estado (cont.)

País											
Grécia	Total	Grego	Búlgaro	Albanês	Macedónio	Turco	Outros	-	-	-	-
	6600000	6314545	150000	100000	20000	2000	13454	-	-	-	-
	1	0,956749242	0,022727273	0,015151515	0,003030303	0,00030303	0,002038485	-	-	-	-
Itália	Total	Italiano	Friulano	Esloveno	Alemão	Servo-Croata	Albanês	Francês	Grego	Húngaro	Outros
	40971478	39370082	383250	371474	295159	187085	98950	97353	34304	6628	127202
	1	0,960914371	0,009354068	0,009066649	0,007204012	0,004566225	0,002415095	0,002376116	0,000837265	0,000161771	0,003104648
Irlanda	Total	Católicos*	Protestantes*	-	-	-	-	-	-	-	-
	25551854	9011677	256699	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,908601	0,091399	-	-	-	-	-	-	-	-
Jugoslávia	Total	Servo-croata	Esloveno	Macedónio	Alemão	Húngaro	Albanês	Romeno	Búlgaro	Italiano	Outros
	13047568	9011677	1112614	627897	556492	512909	479610	239232	74326	13924	417887
	1	0,690678677	0,085273669	0,048123681	0,042651014	0,039310698	0,036758574	0,018335371	0,005696541	0,001067172	0,032027961
Letónia	Total	Letão	Russo	Alemão	Polaco	Lituano	Estónio	Outros	-	-	-
	1870704	1332942	257487	160500	46019	12895	4586	56275	-	-	-
	1	0,71253496	0,137641765	0,085796577	0,02459983	0,006893127	0,002451484	0,030082258	-	-	-
Lituânia	Total	Lituano	Alemão	Polaco	Russo	Letão	Sueco	Outros	-	-	-
	2218386	1817571	256227	67462	60108	15290	999	491	-	-	-
	1	0,819321344	0,11550154	0,030410397	0,027095375	0,006892398	0,000450327	0,000221332	-	-	-
Noruega	Total	Norueguês	Lapónio	Finlandês	-	-	-	-	-	-	-
	2777234	2755111	17242	4881	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,992034161	0,006208335	0,001757504	-	-	-	-	-	-	-
Países Baixos	Total	Holandês	Frisio	-	-	-	-	-	-	-	-
	7403219	7085305	317914	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,957057329	0,042942671	-	-	-	-	-	-	-	-
Polónia	Total	Polaco	Russo	Alemão	Lituano	Checo	Outros	-	-	-	-
	30721042	20667899	6157832	3593150	76694	34209	190258	-	-	-	-
	1	0,672760351	0,200443462	0,116960551	0,002496465	0,001113536	0,006193084	-	-	-	-
Portugal	Total	Português	Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
	5621977	5593978	27999	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,995019723	0,004980277	-	-	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	Total	Inglês	Galês	Irlandês	Gaélico	Francês	Manx	-	-	-	-
	48618349	46974046	1058565	390509	148596	46052	581	-	-	-	-
	1	0,966179374	0,021772952	0,008032132	0,003056377	0,000947214	1,19502E-05	-	-	-	-
Roménia	Total	Romeno	Húngaro	Alemão	Russo	Búlgaro	Turcos	Outros	-	-	-
	17465629	13186550	1362319	1396626	576366	261985	174656	507126	-	-	-
	1	0,755000006	0,077999996	0,079964254	0,033000014	0,015000032	0,009999983	0,029035656	-	-	-
Suécia	Total	Sueco	Finlandês	Outros	-	-	-	-	-	-	-
	6060309	6021922	31048	17839	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,993665835	0,005123171	0,002943579	-	-	-	-	-	-	-
Suíça	Total	Alemão	Francês	Italiano	Outros	-	-	-	-	-	-
	4046083	2868126	859534	248734	66689	-	-	-	-	-	-
	1	0,708864845	0,212436077	0,061475259	0,016482361	-	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Meillet (1928); Hennessey (1998)

*dados para a Irlanda representam composição religiosa (não língua)

Anexo 3: Número e Proporção de Expatriados *vis-a-vis* a população total do grupo linguístico dominante do país (e a sua distribuição pelos países da Europa)

País	Total	Expatriados										
Alemanha	Total	Expatriados	Alemanha	Áustria	Checoslováquia	França	Polónia	URSS	Itália	Bélgica	Dinamarca	P. Bálticos
	75473087	13658854	61814233	6010629	3255212	1295550	1339048	896519	295150	94195	41603	430948,00
	1	0,22097	0,81902	0,07964	0,04313	0,01717	0,01774	0,01188	0,00391	0,00125	0,00055	0,00571
Áustria	Total	Expatriados	Áustria	Checoslováquia	Polónia	URSS	Roménia	Jugoslávia	Hungria	Itália	-	-
	13467567	7456938	6010629	3255212	1339048	896519	593831	557492	519686	295150	-	-
	1	1,24063	0,44630	0,24171	0,09943	0,06657	0,04409	0,04140	0,03859	0,02192	-	-
Bélgica	Total	Expatriados	Bélgica	França	Alemanha	-	-	-	-	-	-	-
	8141681	654955	7486726	654284	671	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,08748	0,91956	0,08036	0,00008	-	-	-	-	-	-	-
Bulgária	Total	Expatriados	Bulgária	Roménia	Grécia	Turquia	Jugoslávia	-	-	-	-	-
	5466478	1189208	4277270	261985	150000	75000	702223	-	-	-	-	-
	1	0,27803	0,78245	0,04793	0,02744	0,01372	0,12846	-	-	-	-	-
Checoslováquia	Total	Expatriados	Checoslováquia	Áustria	Alemanha	Polónia	Hungria	-	-	-	-	-
	7275420	174492	7100928	75954	57432	34209	6897	-	-	-	-	-
	1	0,02457	0,97602	0,01044	0,00789	0,00470	0,00095	-	-	-	-	-
Dinamarca	Total	Expatriados	Dinamarca	Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-
	3418523	11300	3407223	11300	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,00332	0,99669	0,00331	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanha (Mon.)	Total	Expatriados	Espanha	França	Gibraltar	Andorra	-	-	-	-	-	-
	15936082	729235	15605926	707480	16524	5231	-	-	-	-	-	-
	1	0,04673	0,97928	0,04439	0,00104	0,00033	-	-	-	-	-	-
Espanha (Rep.)	Total	Expatriados	Espanha	França	Gibraltar	Andorra	-	-	-	-	-	-
	15936082	729235	15605926	707480	16524	5231	-	-	-	-	-	-
	1	0,04673	0,97928	0,04439	0,00104	0,00033	-	-	-	-	-	-
Estónia	Total	Expatriados	Estónia	URSS	Letónia	Finlândia	-	-	-	-	-	-
	1092995	123567	969428	118946	4586	35	-	-	-	-	-	-
	1	0,12746	0,88695	0,10883	0,00420	0,00003	-	-	-	-	-	-
EUA	Total	Expatriados	EUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	110286740	0	110286740	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,00000	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Finlândia	Total	Expatriados	Finlândia	URSS	Suécia	Noruega	-	-	-	-	-	-
	3324255	154192	3170063	118263	31048	4881	-	-	-	-	-	-
	1	0,0486	0,9536	0,0356	0,0093	0,0015	-	-	-	-	-	-
França	Total	Expatriados	França	Reino Unido	Sarre	-	-	-	-	-	-	-
	35165897	46484	35119413	46052	432	-	-	-	-	-	-	-
	1	0,0013	0,9987	0,0013	0,0000	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Meillet (1928); Gibson & Jung (2005).

Anexo 4: Número e Proporção de Expatriados *vis-a-vis* a população total do grupo linguístico dominante do país (e a sua distribuição pelos vários países da Europa) (cont.)

País									
Grécia	Total	Expatriados	Grécia	Turquia	Bulgária	Itália	-	-	-
	6683339	368794	6314545	285000	49490	34304	-	-	-
	1	0,058403891	0,9448189	0,042643355	0,007404981	0,005132764	-	-	-
Irlanda	Total*	Expatriados*	Irlanda*	Reino Unido*	-	-	-	-	-
	3242943	691089	2551854	691089	-	-	-	-	-
	1	0,21316	0,786894	0,213106	-	-	-	-	-
Itália	Total	Expatriados	Itália	França	Suíça	Malta	Jugoslávia	São Marino	Austria
	40807847	1121553	39370082	807000	248734	30125	13924	13374	8396
	1	0,027484	0,964767438	0,019775608	0,006095249	0,000738216	0,000341209	0,000327731	0,000205745
Jugoslávia	Total	Expatriados	Jugoslávia	Itália	Hungria	Áustria	Albânia	-	-
	9796464	784787	9011677	558559	86538	135045	4645	-	-
	1	0,087085567	0,919890789	0,057016389	0,008833595	0,013785076	0,000474151	-	-
Letónia	Total	Expatriados	Letónia	URSS	Lituânia	Estónia	-	-	-
	1480216	147274	1332942	126438	15290	5546	-	-	-
	1	0,110487928	0,900505061	0,085418615	0,010329574	0,00374675	-	-	-
Lituânia	Total	Expatriados	Lituânia	Polónia	Alemanha	Letónia	-	-	-
	1935745	118174	1817571	76694	28585	12895	-	-	-
	1	0,065017543	0,93895167	0,039619888	0,014766924	0,006661518	-	-	-
Noruega	Total	Expatriados	Noruega	-	-	-	-	-	-
	2755111	0	2755111	-	-	-	-	-	-
	1	0	1	-	-	-	-	-	-
Países Baixos	Total	Expatriados	Países Baixos	Alemanha	-	-	-	-	-
	7110778	25473	7085305	25473	-	-	-	-	-
	1	0,003595188	0,996417692	0,003582308	-	-	-	-	-
Polónia	Total	Expatriados	Polónia	Alemanha	URSS	Checoslováquia	Lituânia	Letónia	-
	22864621	2195202	20669419	1155490	841960	84203	67530	46019	-
	1	0,106205307	0,903991324	0,050536154	0,036823702	0,003682676	0,002953471	0,002012673	-
Portugal	Total	Expatriados	Portugal	-	-	-	-	-	-
	5854930	0	5854930	-	-	-	-	-	-
	1	0	1	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	Total	Expatriados	Reino Unido	-	-	-	-	-	-
	47001906	0	47001906	-	-	-	-	-	-
	1	0	1	-	-	-	-	-	-
Roménia	Total	Expatriados	Roménia	Jugoslávia	URSS	Bulgária	Hungria	Grécia	Checoslováquia
	13715989	541992	13186550	239232	165828	79448	24931	20000	12553
	1	0,04110188	0,961399867	0,017441834	0,012090123	0,005792364	0,00181766	0,001458152	0,000915209
Suécia	Total	Expatriados	Suécia	Finlândia	Outros	-	-	-	-
	6431709	409787	6021922	392441	17346	-	-	-	-
	1	0,068049204	0,936286452	0,061016598	0,00269695	-	-	-	-
Suíça	Total	Expatriados	Suíça	-	-	-	-	-	-
	4046083	0	4046083	-	-	-	-	-	-
	1	0	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Meillet (1928); Hennessey (1998)

*dados para a Irlanda representam composição religiosa (não língua).

Anexo 5: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo (% do território nacional reivindicado a países estrangeiros)

	Irredentas						
	Nome da Província	Controlo Efetivo	Área Território (1000km²)	Área País sob Controlo (1000km²)	% País	Área País Irredento (1000 km²)	% Irredentismo
Irlanda	Irlanda do Norte	Reino Unido	14,13	244	0,057909836	69	0,20478261
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-
Áustria	Tyrol / Trentino	Itália	13,607	310	0,043893548	84	0,16198810
Bulgária	Trácia Ocidental	Grécia	8,578	140	0,061271429	103	0,08328155
	Macedónia Este	Grécia	5,579	140	0,03985	103	0,05416505
	Dobrudja Sul	Roménia	7,565	295	0,025644068	103	0,07344660
	Vardar Macedónia	Jugoslávia	25,713	248	0,103681452	103	0,24964078
	Sérvia Oriental	Jugoslávia	0,5	248	0,002016129	103	0,00485437
	Total	-	47,935	-	-	-	465
Checoslováquia	Ciezin / Teschen	Polónia	1,002	388	0,002582474	140	0,00715714
Alemanha	Posen	Polónia	26,042	388	0,067118557	469	0,05552665
	Prússia Ocidental	Polónia	15,865	388	0,040889175	469	0,03382729
	Prússia Oriental (Sul)	Polónia	0,501	388	0,001291237	469	0,00106823
	Pomerânia	Polónia	0,01	388	2,57732E-05	469	0,00002132
	Silézia	Polónia	0,512	388	0,001319588	469	0,00109168
	Alta Silésia Oriental	Polónia	3,213	388	0,008280928	469	0,00685075
	Danzing	Polónia	1,914	388	0,00493299	469	0,00408102
	Memel	Lituânia	2,657	56	0,047446429	469	0,00566525
	Hultschin	Checoslováquia	0,316	140	0,002257143	469	0,00067377
	Schleswig Norte	Dinamarca	3,992	43	0,092837209	469	0,00851173
	Eupen –Malmedy	Bélgica	1,036	30	0,034533333	469	0,00220896
	Alsácia-Lorena	França	14,552	551	0,026410163	469	0,03102772
	Saarland	França (SDN)	2,57	551	0,004664247	469	0,00547974
	Sudetenland	Checoslováquia	41,088	140	0,293485714	469	0,08760768
	Áustria	Áustria	84	84	1	469	0,17910448
	Tyrol / Trentino	Itália	13,607	310	0,043893548	469	0,02901279
	Total	-	211,875	-	-	-	469
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-
Espanha (Mon.)	Gibraltar	Reino Unido	0,0068	244	-	505	0,00001347
Espanha (Rep.)	Gibraltar	Reino Unido	0,0068	244	-	505	0,00001347
Estónia	-	-	-	-	-	-	-
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-
França	-	-	-	-	-	-	-
Reino Unido	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Aldcroft (2006); Borzecki (2008); Boyce (2012); Ferguson (2006); Hausleitner (2013); Horváth (2013); Kornprobst (2008); Milza (2007); Pearson (1994); Romisics (2013); Spannerberger (2013); Steiner (2005); Tooze (2015); Troebst (2013); Znamierowska-Rakk (2013).

Anexo 6: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo (% do território nacional reivindicado a países estrangeiros) (cont.)

	Irredentas						
	Nome da Província	Controlo Efetivo	Área Território (1000km ²)	Área País sob Controlo (1000km ²)	% País	Área País Irredento (1000 km ²)	% Irredentismo
Grécia	Ilhas Dodecaneso	Itália	2,714	310	-	140	0,01938571
	Epirus Norte	Albânia	6,444	28,748	0,224154724	140	0,04602857
	Anatólia/ Ionia	Turquia	30	783,356	0,038296764	140	0,21428571
	Trácia Oriental	Turquia	23,764	783,356	0,030336143	140	0,16974286
	Chipre	Reino Unido	9,251	244	-	140	0,06607857
	Total	-	72,173	-	-	140	0,51552143
Hungria	Grande Transilvânia	Roménia	102	295	0,345762712	93	1,09677419
	Burgenland	Áustria	3,961	84	0,047154762	93	0,04259140
	Eslováquia	Checoslováquia	49,035	140	0,35025	93	0,52725806
	Transcarpácia	Checoslováquia	12,097	140	0,086407143	93	0,13007527
	Vojvodina	Jugoslávia	25,506	248	0,102846774	93	0,27425806
	Eslavónia	Jugoslávia	12,556	248	0,050629032	93	0,13501075
	Total	-	205,155	-	-	93	2,20596774
Itália	Costa Croata	Jugoslávia	8,941	248	0,036052419	310	0,02884194
	Dalmácia	Jugoslávia	12,158	248	0,049024194	310	0,03921935
	Corsega	França	8,68	551	0,015753176	310	0,02800000
	Alpes-Marítimes	França	4,299	551	0,007802178	310	0,01386774
	Savoia	França	10,416	551	0,018903811	310	0,03360000
	Malta	Reino Unido	0,316	244	0,001295082	310	0,00101935
	Costa Albanesa	Albânia	12	45	0,266666667	310	0,03870968
	Ilhas Jónicas	Grécia	2,659	140	0,018992857	310	0,00857742
Total	-	59,469	-	-	310	0,19183548	
Lituânia	Vilnius	Polónia	6,919	388	0,017832474	56	0,12355357
Letónia	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	-	-	-	-
Polónia	Ciezin / Teschen	Checoslováquia	1,28	140	0,009142857	388	0,00329897
	Silésia Alemã	Alemanha	9,702	469	0,020686567	388	0,02500515
	Fronteira Russa	URSS	193	-	-	388	0,49742268
	Total	-	203,982	-	-	-	0,52572680
Portugal	Olivença	Espanha	0,75	505	0,0014	92	0,00815000
Roménia	-	-	-	-	-	-	-
Jugoslávia	Ístria	Itália	3,476	310	0,011212903	248	0,014016129
Suécia	Ilhas Aaland	Finlândia	1,58	388	0,004072165	448	0,00352679
EUA	-	-	-	-	-	-	-
Canada	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Aldcroft (2006); Borzecki (2008); Boyce (2012); Ferguson (2006); Hausleitner (2013); Horváth (2013); Kornprobst (2008); Milza (2007); Pearson (1994); Romisics (2013); Spannerberger (2013); Steiner (2005); Tooze (2015); Troebst (2013); Znamierowska-Rakk (2013);

Anexo 7: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo externo (% do território nacional reivindicado por países estrangeiros) (cont.)

	Irredentas Externas				
	Nome da Província	País Pretendente	Área da Província(1000 km ²)	Área País(1000 km ²)	% Irredentismo Externo
Irlanda	-	-	-	-	-
Bélgica	Eupen-Malmedy	Alemanha	1,036	30	0,034533333
Áustria	Áustria	Alemanha	84	84	1
	Burgenland	Hungria	3,961	84	0,047154762
	Total	-	87,961	-	1,047154762
Bulgária	-	-	-	-	-
Canada	-	-	-	-	-
Checoslováquia	Eslováquia	Hungria	49,035	140	0,35025
	Transcarpácia	Hungria	12,097	140	0,086407143
	Sudetenland	Alemanha	41,088	140	0,293485714
	Cieszin / Teschen	Polónia	1,28	140	0,009142857
	Total	-	103,5	140	0,739285714
Alemanha	Silésia	Polonia	9,702	469	0,020686567
Dinamarca	Schleswig Norte	Alemanha	3,992	43	0,092837209
Espanha (mon)	Olivença	Portugal	0,75	505	0,001485149
Espanha (rep)	Olivença	Portugal	0,75	505	0,001485149
Estónia	Estónia	URSS	48	48	1
EUA	-	-	-	-	-
Finlândia	Ilhas Aaland	Suécia	1,58	388	0,004072165
	Karelia	URSS	40	388	0,103092784
	Total	-	41,58	-	0,107164948
França	Alsácia-Lorena	Alemanha	14,552	551	0,026410163
	Córsega	Itália	8,68	551	0,015753176
	Alpes-Marítimes	Itália	4,299	551	0,007802178
	Saboia	Itália	10,416	551	0,018903811
	Total	-	37,947	551	0,068869328
Reino Unido	Irlanda do Norte	Irlanda	14,13	244	0,057909836
Grécia	Ilhas Jónicas	Itália	2,659	140	0,018992857
	Trácia Ocidental	Bulgária	8,578	140	0,061271429
	Macedónia Este	Bulgária	5,579	140	0,03985
	Epirus Norte	Albânia	9,203	140	0,065735714
	Total	-	26,019	140	0,18585

Fonte: Calculado a partir de Aldcroft (2006); Borzecki (2008); Boyce (2012); Ferguson (2006); Hausleitner (2013); Horváth (2013); Kornprobst (2008); Milza (2007); Pearson (1994); Romisics (2013); Spannerberger (2013); Steiner (2005); Tooze (2015); Troebst (2013); Znamierowska-Rakk (2013);

Anexo 8: Províncias Disputadas e taxa de irredentismo externo (% do território nacional reivindicado por países estrangeiros) (cont.)

	Irredentas Externas				
	Nome da Província	País Pretendente	Área da Província(1000 km ²)	Área País(1000 km ²)	% Irredentismo Externo
Hungria	-	-	-	-	-
Itália	Ístria	Jugoslávia	3,476	310	0,011212903
	Tyrol / Trentino	Áustria	13,607	310	0,043893548
	Tyrol / Trentino	Alemanha	13,607	310	0,043893548
	Total	-	30,69	310	0,099
Lituânia	Memel	Alemanha	2,657	56	0,047446429
	Lituânia	URSS	56	56	1
	Total	-	58,657	56	1,047446429
Letónia	Letónia	URSS	66	66	1
Holanda	-	-	-	-	-
Noruega	-	-	-	-	-
Polónia	Ciezin / Teschen	Checoslováquia	1,002	388	0,002582474
	Posen	Alemanha	26,042	388	0,067118557
	Prússia Ocidental	Alemanha	15,865	388	0,040889175
	Prússia Oriental (Sul) e Pomerânia	Alemanha	0,502	388	0,001291237
	Silésia	Alemanha	0,512	388	0,001319588
	Alta Silésia Oriental	Alemanha	3,213	388	0,008280928
	Danzing	Alemanha	1,914	388	0,00493299
	Vilnius	Lituânia	6,919	388	0,017832474
	Polónia Oriental	URSS	194,3	388	0,500773196
	Total	-	250,278	388	0,645046392
Portugal	-	-	-	-	-
Roménia	Grande Transilvânia	Hungria	102	295	0,345762712
	Dobrudja Sul	Bulgária	7,565	295	0,025644068
	Bessarábia	URSS	44,4	295	0,150508475
	Bucóvina	URSS	4,5	295	0,015254237
	Total	-	158,465	295	0,537169492
Jugoslávia	Vardar Macedónia	Bulgária	25,713	248	0,103681452
	Sérvia Oriental	Bulgária	0,5	248	0,002016129
	Vojvodina	Hungria	25,506	248	0,102846774
	Eslavónia	Hungria	12,556	248	0,050629032
	Kosovo	Albânia	10	248	0,040322581
	Macedónia Ocidental	Albânia	5	248	0,02016129
	Costa Croata	Itália	8,941	248	0,036052419
	Dalmácia	Itália	12,158	248	0,049024194
Total	-	100,374	248	0,404733871	
Suécia	-	-	-	-	-
Suíça	-	-	-	-	-

Fonte: Calculado a partir de Aldcroft (2006); Borzecki (2008); Boyce (2012); Ferguson (2006); Hausleitner (2013); Horváth (2013); Kornprobst (2008); Milza (2007); Pearson (1994); Romisics (2013); Spannerberger (2013); Steiner (2005); Tooze (2015); Troebst (2013); Znamierowska-Rakk (2013);

Anexo 9: Variáveis Políticas, Económicas e Institucionais dos Países da Europa entre guerras

País	Governos /ano	Duração do Regime	Parlamentar	Federal	Monarquia	Novos Países	PIB/per capita (t-1) (US\$ 1990)	PIB/per capita Mínimo (US\$ 1990)
Alemanha	0,933	15	-	X	-	-	3556	2586
Áustria	0,812	13	-	X	-	-	2833	2259
Bélgica	0,619	46	X	-	X	-	5150	2861
Bulgária	0,600	45	X	-	X	-	2151	1933
Canada	0,333	73	X	X	X	-	4768	3357
Checoslováquia	0,571	21	-	-	-	X	2882	1933
Dinamarca	0,333	39	X	-	X	-	5993	3459
Espanha (Mon.)	2,400	49	X	-	X	-	2290	2044
Espanha (Rep.)	2,200	5	-	-	-	-	1989	1989
Estónia	1,312	16	X	-	-	X	2385	1811
EUA	0,238	139	-	X	-	-	6561	4777
Finlândia	1,047	22	-	-	-	X	3408	1370
França	1,571	69	X	-	-	-	4793	2396
Grécia	1,555	11	X	-	X	-	2455	1918
Hungria	1	1	X	-	-	X	1709	1709
Irlanda	0,117	17	X	-	-	X	3052	2533
Itália	1,250	3	X	-	X	-	2631	2528
Jugoslávia	0,909	8	X	-	X	X	1364	1031
Letónia	0,812	15	X	-	-	X	2500	1200
Lituânia	1,375	7	X	-	-	X	1500	1200
Noruega	0,619	34	X	-	X	-	4441	2243
Países Baixos	0,285	43	X	-	X	-	5444	3352
Polónia	1,500	8	X	-	-	X	2117	2117
Portugal	3,500	16	X	-	-	-	1419	1150
Reino Unido	0,380	54	X	-	X	-	6262	4439
Roménia	1,100	60	X	-	X	-	1242	1130
Suécia	0,761	29	X	-	X	-	5029	2532
Suíça	1,00	91	X	X	-	-	6360	3798

Fonte: Nohlen, 2010; Norkus, 2015; Steiner, 2005; The Madisson Project; Varieties of Democracy (V-Dem) Project.

Anexo 10: Análise Descritiva da Variável Dependente, Variáveis Independentes e Variáveis de Controlo

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Colapso Democrático	28	1	2	1,54	,508
PIB/per capita último ano democracia	28	1242	6561	3442,29	1705,239
PIB/per capita Mínimo	28	1031	4777	2344,82	977,955
Duração do Regime	28	1,00	139,00	33,8929	31,40575
Novos Países	28	1	2	1,32	,476
Número Médio de Governos/ano	28	,118	3,500	1,04068	,738297
Monarquia	28	1	2	1,46	,508
Minorias nacionais	27	,005	,496	,16175	,148152
Expatriados	28	,000	1,240	,11775	,239145
Revanchismo	28	,000	,720	,06670	,190135
Revanchismo Externo	28	,000	1,000	,30721	,434943
Irredentismo	28	,000	2,206	,17409	,434639
Irredentismo Externo	28	,000	1,047	,25391	,374432
Valid N (listwise)	27				

Anexo 11: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categorial sem variáveis de Controlo)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,700	,489	,336	,511

Dependent Variable: Colapso Democratico
 Predictors: Minorias nacionais Expatriados Revanchismo
 Revanchismo Externo Irredentismo Irredentismo Externo

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	13,215	6	2,202	3,195	,023
Residual	13,785	20	,689		
Total	27,000	26			

Dependent Variable: Colapso Democratico
 Predictors: Minorias nacionais Expatriados Revanchismo Revanchismo Externo
 Irredentismo Irredentismo Externo

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
Minorias nacionais	-,015	,222	1	,005	,947
Expatriados	,587	,493	1	1,415	,248
Revanchismo	-1,082	,665	1	2,650	,119
Revanchismo Externo	-,553	,385	1	2,055	,167
Irredentismo	,916	,458	1	3,994	,059
Irredentismo Externo	,804	,364	1	4,884	,039

Dependent Variable: Colapso Democratico

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
Expatriados	,320	,360	,276	,384	,221	,221
Revanchismo	,244	-,466	-,376	-,539	,121	,121
Revanchismo Externo	,113	-,413	-,324	-,128	,343	,343
Irredentismo	,333	,587	,519	,623	,321	,321
Irredentismo Externo	,400	,541	,460	,657	,327	,327

Dependent Variable: Colapso Democratico

Anexo 12: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 1)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,877	,770	,685	,230

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita último ano democracia Duração do Regime
 Novos Países Número Médio de Governos/ano Monarquia Minorias
 nacionais Expatriados

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	20,780	7	2,969	9,069	,000
Residual	6,220	19	,327		
Total	27,000	26			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita último ano democracia Duração do Regime Novos Países Número
 Médio de Governos/ano Monarquia Minorias nacionais Expatriados

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita último ano democracia	-,875	,286	1	9,388	,006
Duração do Regime	,065	,233	1	,078	,783
Novos Países	,163	,200	1	,663	,426
Número Médio de Governos/ano	,102	,273	1	,140	,713
Monarquia	,014	,157	1	,008	,929
Minorias nacionais	-,059	,159	1	,136	,716
Expatriados	,152	,170	1	,798	,383

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita último ano democracia	-,834	-,669	-,432	,948	,244	,244
Duração do Regime	-,528	,084	,041	-,045	,388	,388
Novos Países	-,158	,164	,080	-,033	,240	,240
Número Médio de Governos/ano	,546	,113	,055	,072	,289	,289
Monarquia	-,100	,019	,009	-,002	,397	,397
Minorias nacionais	,060	-,108	-,052	-,005	,778	,778
Expatriados	,320	,220	,108	,063	,507	,507

Dependent Variable: Colapso Democrático

Anexo 13: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 2)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,877	,769	,703	,231

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita último ano democracia Duração do Regime
 Número Médio de Governos/ano Monarquia Revanchismo
 Revanchismo Externo

ANOVA

	Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Regression	21,542	6	3,590	11,676	,000
Residual	6,458	21	,308		
Total	28,000	27			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita último ano democracia Duração do Regime Número Médio de Governos/ano Monarquia Revanchismo Revanchismo Externo

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita último ano democracia	-,888	,203	1	19,119	,000
Duração do Regime	,037	,164	1	,050	,825
Número Médio de Governos/ano	,082	,215	1	,145	,707
Monarquia	,012	,122	1	,010	,920
Revanchismo	,098	,169	1	,337	,568
Revanchismo Externo	-,201	,252	1	,637	,434

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita último ano democracia	-,838	-,680	-,446	,967	,252	,252
Duração do Regime	-,552	,051	,025	-,026	,452	,452
Número Médio de Governos/ano	,564	,094	,045	,060	,306	,306
Monarquia	,138	,017	,008	,002	,434	,434
Revanchismo	,252	,128	,062	,032	,399	,399
Revanchismo Externo	,138	-,205	-,101	-,036	,249	,249

Dependent Variable: Colapso Democrático

Anexo 14: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 3)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,915	,838	,781	,162

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita ultimo ano democracia Duração do Regime
 Novos Países Número Médio de Governos/ano Monarquia
 Irredentismo Irredentismo Externo

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	23,463	7	3,352	14,774	,000
Residual	4,537	20	,227		
Total	28,000	27			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita ultimo ano democracia Duração do Regime Novos Países Número
 Médio de Governos/ano Monarquia Irredentismo Irredentismo Externo

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita ultimo ano democracia	-,683	,192	1	12,704	,002
Duração do Regime	,015	,173	1	,008	,932
Novos Países	,370	,212	1	3,039	,097
Número Médio de Governos/ano	,166	,162	1	1,048	,318
Monarquia	,039	,120	1	,108	,746
Irredentismo	,289	,116	1	6,226	,021
Irredentismo Externo	,369	,169	1	4,785	,041

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita ultimo ano democracia	-,838	-,649	-,343	,683	,253	,253
Duração do Regime	-,552	,025	,010	-,010	,463	,463
Novos Países	-,181	,491	,227	-,080	,376	,376
Número Médio de Governos/ano	,564	,246	,102	,112	,376	,376
Monarquia	-,138	,070	,028	-,006	,510	,510
Irredentismo	,341	,494	,229	,117	,628	,628
Irredentismo Externo	,416	,533	,254	,183	,471	,471

Dependent Variable: Colapso Democrático

Anexo 15: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 4)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,771	,594	,445	,406

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Novos Países
 Número Médio de Governos/ano Monarquia Minorias nacionais
 Expatriados

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	16,051	7	2,293	3,979	,008
Residual	10,949	19	,576		
Total	27,000	26			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Novos Países Número Médio de Governos/ano Monarquia Minorias nacionais Expatriados

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita Mínimo	-,213	,298	1	,507	,485
Duração do Regime	-,063	,306	1	,042	,839
Novos Países	,183	,243	1	,569	,460
Número Médio de Governos/ano	,541	,254	1	4,545	,046
Monarquia	,228	,219	1	1,084	,311
Minorias nacionais	,008	,209	1	,001	,970
Expatriados	,397	,188	1	4,446	,048

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita Mínimo	-,624	-,179	-,116	,223	,296	,296
Duração do Regime	-,528	-,061	-,039	,056	,383	,383
Novos Países	,158	,142	,091	,049	,248	,248
Número Médio de Governos/ano	,546	,450	,321	,497	,352	,352
Monarquia	-,100	,224	,146	-,038	,411	,411
Minorias nacionais	,060	,011	,007	,001	,784	,784
Expatriados	,320	,434	,307	,214	,598	,598

Dependent Variable: Colapso Democrático

Anexo 16: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 5)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,769	,591	,474	,409

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Número Médio de Governos/ano Monarquia Revanchismo Revanchismo Externo

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	16,538	6	2,756	5,050	,002
Residual	11,462	21	,546		
Total	28,000	27			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Número Médio de Governos/ano Monarquia Revanchismo Revanchismo Externo

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita Mínimo	-,279	,326	1	,733	,402
Duração do Regime	-,078	,268	1	,085	,774
Número Médio de Governos/ano	,494	,243	1	4,115	,055
Monarquia	,188	,221	1	,727	,403
Revanchismo	,368	,233	1	2,502	,129
Revanchismo Externo	,173	,342	1	,256	,618

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita Mínimo	-,640	-,226	-,148	,303	,282	,282
Duração do Regime	-,552	-,080	-,051	,073	,431	,431
Número Médio de Governos/ano	,564	,425	,300	,472	,370	,370
Monarquia	-,138	,195	,127	-,044	,457	,457
Revanchismo	,252	,367	,253	,157	,470	,470
Revanchismo Externo	,138	,138	,089	,040	,264	,264

Dependent Variable: Colapso Democrático

Anexo 17: Fatores do Colapso democrático (Regressão Categórica: modelo 6)

Model Summary

Multiple R	R Square	Adjusted R Square	Apparent Prediction Error
,855	,731	,637	,269

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Novos Países
 Número Médio de Governos/ano Monarquia Irredentismo
 Irredentismo Externo

ANOVA

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Regression	20,462	7	2,923	7,755	,000
Residual	7,538	20	,377		
Total	28,000	27			

Dependent Variable: Colapso Democrático
 Predictors: PIB/per capita Mínimo Duração do Regime Novos Países Número Médio de Governos/ano Monarquia Irredentismo Irredentismo Externo

Coefficients

	Standardized Coefficients		df	F	Sig.
	Beta	Bootstrap (1000) Estimate of Std. Error			
PIB/per capita Mínimo	-,199	,204	1	,950	,341
Duração do Regime	-,090	,223	1	,162	,691
Novos Países	,260	,200	1	1,692	,208
Número Médio de Governos/ano	,445	,196	1	5,141	,035
Monarquia	,163	,176	1	,857	,365
Irredentismo	,440	,146	1	9,079	,007
Irredentismo Externo	,534	,184	1	8,403	,009

Dependent Variable: Colapso Democrático

Correlations and Tolerance

	Correlations			Importance	Tolerance	
	Zero-Order	Partial	Part		After Transformation	Before Transformation
PIB/per capita Mínimo	-,640	-,202	-,107	,174	,291	,291
Duração do Regime	-,552	-,115	-,060	,068	,446	,446
Novos Países	-,181	,283	,153	-,064	,347	,347
Número Médio de Governos/ano	,564	,493	,294	,344	,437	,437
Monarquia	-,138	,221	,118	-,031	,519	,519
Irredentismo	,341	,586	,375	,206	,724	,724
Irredentismo Externo	,416	,597	,386	,304	,523	,523

Dependent Variable: Colapso Democrático